

**Histórias e Trajetórias Acadêmicas de Quilombolas do Loteamento Jaqueira na
UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.**

Andréa Queiroz Silva Brito¹

Amargosa/BA, Março de 2021.

1- Discente do Curso do Mestrado Profissional em Educação do Campo-UFRB.

ANDRÉA QUEIROZ SILVA BRITO

**Histórias e Trajetórias Acadêmicas de Quilombolas do Loteamento Jaqueira na
UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.**

Trabalho apresentado ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito à obtenção do título de Mestra em Educação do Campo.

Orientadora: Profa. Dra. Dyane Brito Reis Santos.

FICHA CATALOGRÁFICA

B862h	<p>Brito, Andréa Queiroz Silva. Histórias e trajetórias acadêmicas de quilombolas do Loteamento Jaqueira na UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia / Andréa Queiroz Silva Brito._ Amargosa, BA, 2021. 92f.; il.</p> <p>Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro Formação de Professores, Mestrado em Educação do Campo.</p> <p>Orientadora: Profª Drª. Dyane Brito Reis Santos.</p> <p>1.Educação – Ensino superior. 2.Educação – Programas de ação afirmativa. 3.Estudantes negros – Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro Formação de Professores. II.Título.</p> <p>CDD: 370.19342</p>
-------	--

	<p>SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA Centro de Formação de Professores - CFP Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo Site: https://www1.ufrb.edu.br/educacaodocampo/ E-mail: mestrado.campo@cfp.ufrb.edu.br</p>	
--	---	--

ATA DE EXAME DE DEFESA DO TRABALHO FINAL DE
CONCLUSÃO DE CURSO DA MESTRANDA **ANDRÉA QUEIROZ
SILVA BRITO** NO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO /
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Ao décimo quarto dia do mês de abril de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniram-se em sessão remota a Comissão Avaliadora composta pelos Professores: Doutor José Raimundo Santos e Doutor Rodrigo Ednilson de Jesus (examinadores) e por mim, Doutora Dyane Brito Reis Santos (Orientadora), para examinar o trabalho intitulado **“Histórias e Trajetórias Acadêmicas de Quilombolas do Loteamento Jaqueira na UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia”**, da Mestranda *Andréa Queiroz Silva Brito*. Após arguição e discussão, a banca examinou, analisou e avaliou o referido trabalho, chegando a conclusão que foi APROVADO Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Avaliadora encerrou a reunião da qual eu, lavrei a presente ATA, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca e encerrada por mim.

Amargosa, 14 de abril de 2021.

Prof. Dra. Dyane Brito Reis Santos
(Orientadora)

Prof. Dr. José Raimundo Santos
(Membro Interno/UFRB)

Prof. Dr. Rodrigo Ednilson de Jesus
(Membro Externo/UFMG)

Sempre será a você, Sônia, minha mãe que condicionou a realização de toda minha trajetória estudantil.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu agradeço de todo meu coração à Deus por estar me proporcionando finalizar este ciclo, ciclo este que não foi fácil de trilhar, foi árduo, doloroso e por muitas vezes me vi sem forças e energias para finalizá-lo, então, busquei em Deus força e fé para acreditar que em meio a um contexto tão incerto e conturbado seria possível realizar sonhos.

Agradeço aos meus familiares pela força e energia que me proporcionam espontaneamente pelo simples fato de

estar perto a mim, especialmente David, meu companheiro, minha mãe Sônia e Ana Luísa minha sobrinha.

Carinhosamente eu agradeço aos universitários quilombolas da comunidade loteamento jaqueira, minha comunidade, por toda contribuição dada nesta pesquisa, que não se inicia aqui no mestrado, mas ainda na graduação, esse trabalho é nosso, o realizamos juntos, foi sobre nós e feito por nós, Gratidão!

Agradeço minhas amigas queridas, Ana Carla e Lucivânia que dividiram comigo ali em Itabuna, município de atuação profissional, não apenas um espaço físico, um apartamento ou quarto, compartilhamos sonhos, angústias, dúvidas e muitas reflexões sobre a vida e sobre ser, falam de mim com orgulho e muita admiração, eu sou grata por todo amor a mim doado e sentido.

Aos meus avós Pedro e Venância um sentimento de admiração indescritível, exemplos de força e fé, pescadores, inspiradores, se tivesse que definir o que foram/são em uma única palavra, seria essa, Coragem, e por todo legado construído e aqui deixado me cobro sempre, por ser forte e corajosa, sem perder a ternura e expressão de amor.

Agradeço a professora Dyane minha orientadora, por toda paciência comigo neste processo, por ter nos conduzido de forma leve, mesmo diante algumas adversidades ocorridas durante a etapa.

Por fim, agradeço a esta importante Universidade da qual sou cria, onde orgulhosamente me graduei e agora finalizo mais um importante ciclo, a UFRB, segue mudando rotas, caminhos e driblando as estatísticas deste sistema desigual e excludente!

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um relatório de pesquisa, que apresentará os resultados do estudo intitulado “Histórias e Trajetórias Acadêmicas de quilombolas do Loteamento Jaqueira da UFRB”. A comunidade quilombola Loteamento Jaqueira localiza-se no Baixo Sul da Bahia, na cidade de Valença. Foi certificada legalmente como comunidade remanescente quilombola no dia 05/05/2009. Neste sentido a pesquisa buscou apresentar as histórias e trajetórias acadêmicas dos sujeitos aqui pesquisados, identificando as contribuições e impactos do Programa Bolsa Permanência neste processo. O Programa Bolsa Permanência tem como objetivo a concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas, sendo diferenciado o valor do auxílio pago aos últimos citados. A natureza do trabalho é de cunho qualitativo, que compreende o (Materialismo Histórico Dialético como base epistemológica para desvendar e compreender a realidade). Trata-se de uma pesquisa implicada a qual o pesquisador integra processos que serão tomados como objeto no processo de produção de conhecimento científico. O rol de instrumentos metodológicos que norteou a realização da pesquisa foi: Revisão a Literatura, Entrevista Semi-Estruturada, e Pesquisa Participante. A realização da pesquisa proporcionou (Re)Conhecer as trajetórias estudantis dos estudantes quilombolas do loteamento jaqueira da UFRB, exercício este que evidenciaram que o processo de inserção e permanência da população quilombola no ensino superior, assim como, a democratização deste nível de ensino, se dá em um processo de luta e resistência, travada com o Estado Capitalista. O material produzido, quilombolas falando de si, será compartilhado com os jovens quilombolas da jaqueira, objetivando com isto, incentivar e aproximar outros sujeitos da comunidade adentrarem a universidade, contribuindo com a expansão deste segmento no ensino superior.

Palavras Chaves- Estudantes Quilombolas; Ensino Superior; Trajetórias Acadêmicas; Políticas Afirmativas.

ABSTRACT

The present work is a research report, which will present the results of the study entitled “Quilombola Stories and Academic Trajectories of the JR's Loteamento Jaqueira”. The quilombola community Loteamento Jaqueira is located in the Lower South of Bahia, in the city of Valença. It was legally certified as a remaining quilombola community on 05/05/2009. In this sense, the research sought to present the histories and academic trajectories of the subjects researched here, identifying the contributions and impacts of the Bolsa Permanência Program in this process. The Bolsa Permanencia Program aims to provide financial assistance to students enrolled in Federal Institutions of Higher Education in a situation of socioeconomic vulnerability and to indigenous and quilombola students, differentiating the amount of aid paid to the last mentioned. The nature of the work is of a qualitative nature, which includes (Dialectical Historical Materialism as an epistemological basis for unveiling and understanding reality). It is an implicit research in which the researcher integrates processes that will be taken as an object in the scientific knowledge production process. The list of methodological instruments that guided the realization of the research was: Literature Review, Semi-Structured Interview, and Participatory Research. The realization of the research provided (Re) Knowing the student trajectories of quilombola students from the UFRB jaqueira subdivision, an exercise that showed that the process of insertion and permanence of the quilombola population in higher education, as well as the democratization of this level of education, if it takes place in a process of struggle and resistance, fought with the Capitalist State. The material produced, quilombolas speaking about themselves, will be shared with the young quilombolas of the jaqueira, aiming to encourage and bring other subjects from the community into the university, contributing to the expansion of this segment in higher education.

Keywords: Quilombola students; University education; Academic Trajectories; Affirmative Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Desenho Mapa da Comunidade- Fonte- Google Maps (2021)-----36

Figura 2- Universitários Quilombolas da Comunidade Loteamento Jaqueira- Fonte- Brito (2021).-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Quantitativo de Campi de Universidades Federais ao longo das décadas-
1940-2020-----17

Gráfico 2- Gráfico 2- Evolução das Taxas de Escolarização na Educação Superior-
Brasil- 2002-2012-----53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Percentual do número de vagas oferecidas no vestibular, por categoria administrativa, instituição pública-privada, período de 1992 a 2002 -----52

Tabela 2- Números de vagas em cursos de Graduação por modalidade de Ensino, segundo a categoria Administrativa- Brasil-2016-----53

Tabela 3- Informações referentes ao Perfil dos Entrevistados-----63

Tabela 4- Tabela 04: Cursos e Semestre dos Entrevistados----- 67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOJA- Associação dos Moradores do Loteamento Jaqueira.

CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica.

COESVA- Colégio Estadual de Valença.

COVID-19- Doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2.

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

IES- Instituição de Ensino Superior.

IFBA- Instituto Federal da Bahia.

IFBAIANO- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.

IFES- Instituto Federal de Ensino Superior.

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC- Ministério da Educação.

PBP- Programa Bolsa Permanência.

PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação.

PNAES- Programa Nacional de Assistência Estudantil.

PROPAE- Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis.

PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

RU- Restaurante Universitário

REUNI- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

SESu- Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

SETEC- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

SIGPET- Sistema de Gestão do Programa de Educação Tutorial.

SISU- Sistema de Seleção Unificada.

SISPB- Sistema de Gestão da Bolsa Permanência.

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso.

UFBA- Universidade Federal da Bahia.

UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

UNEB- Universidade Estadual da Bahia.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1- Incursões Sobre o Objeto e Metodologia	19
1.1.1- O interesse no Objeto de Pesquisa-----	19
1.1.2 Os caminhos seguidos- Metodologia	20
1.1.3 Os Sujeitos da Pesquisa e o Desenvolvimento do Trabalho de Campo	20
2. UMA QUILOMBOLA NA UNIVERSIDADE	27
2.1- Lugar de Fala.....	27
2.2- Minha História e Trajetória no Ensino Superior	28
2.3- A chegada da Bolsa Permanência e as Transformações	30
3. O LUGAR SOBRE O QUAL SE FALA- A COMUNIDADE QUILOMBOLA LOTEAMENTO JAQUEIRA- VALENÇA-BA	32
3.1- Um resgate a “nossa” formação: Sobre (Viver) aqui!.....	32
3.1.1 Do seu processo de formação	32
3.2- Características Culturais-----	36
3.3- Características Socioeconômicas-----	37
3.4- Características Educacionais-----	38
3.5- O distanciamento entre moradores da comunidade Loteamento Jaqueira-----	40
4. EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA -----	45
4.1- Ensino superior brasileiro de “cara nova”: as contribuições e importância das políticas educacionais para sua expansão-----	47
4.1.1- Acesso e Permanência de quilombolas no Ensino Superior-----	53
4.1.2- Processo Seletivo Especial para Indígenas Aldeados ou Moradores das Comunidades Remanescentes dos Quilombos – IA/CQ da UFRB-----	54
4.1.3- O Programa Bolsa Permanência como instrumento de Permanência dos jovens Indígenas e Quilombolas nas Universidades Públicas Federais-----	55
5. PESQUISA DE CAMPO -----	60

5.1- Identidade Quilombola-----	61
5.2- Perfil dos Entrevistados-----	62
5.3- Trajetória Estudantil - Educação Básica-----	64
5.4- Trajetória Estudantil- Ensino Superior-----	66
5.5- A chegada da Bolsa Permanência e seus Impactos-----	60
5.6- Das Pretensões-----	74
6- O QUE AINDA ESTÁ POR VIR – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES--	76
REFERENCIAS-----	80
APÊNDICES -----	83
ANEXOS -----	89

1- INTRODUÇÃO

O ensino superior no Brasil está marcado historicamente como um nível de ensino restrito e privilegiado de inserção. Entretanto, pode-se afirmar que este nível, carrega fortemente essas características citadas, uma vez que, a exclusão também se apresenta nos demais níveis de ensino da organização educacional brasileira. Dessa forma, pode-se inferir que desde quando o Brasil foi fundado como Brasil, o ensino escolarizado caracteriza-se como processo privilegiado destinado á poucos. Essa exclusão não somente foi marcada por questão de classe social, mas também racial, quando durante muito tempo a população negra esteve excluída do processo de escolarização.

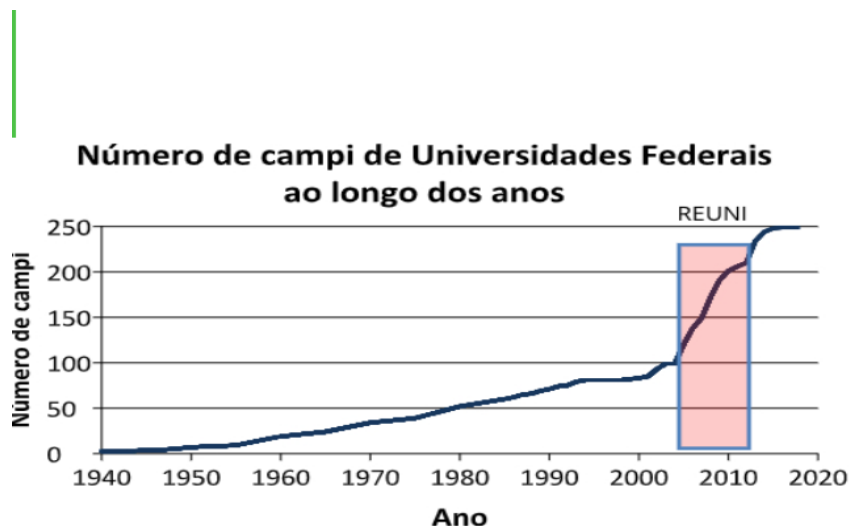
Assim, é por intermédio da organização e luta coletiva que este segmento, ainda que aos poucos, vem alcançando importantes conquistas dentro da sociedade brasileira, a citar, maior inserção no ensino superior. No que tange ao processo da expansão do acesso e permanência da população brasileira ao ensino superior, vale destacar importantes mecanismos instaurados e/ou fortalecidos durante os governos do presidente Lula (2003- 2010) e Dilma (2011- 2016), que ampliou o acesso e a permanência a este nível, modificando significativamente o rumo da educação superior brasileira. Destaca-se que Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, IES² tomada como recorte para realização dessa pesquisa, foi criada ainda no primeiro mandato do governo Lula, em 2005, por intermédio da lei nº 11.151 em um processo de desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, buscando com isso, efetivar o processo de interiorização das universidades públicas federais, objetivo este, consolidado 02 anos mais tarde, com a instituição do REUNI.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído em 2007, pelo Decreto nº 6.096, caminhando em direção à expansão do ensino superior, buscou ampliar o acesso e a permanência a este nível de ensino. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que teve como propósito diminuir

² Instituição de Ensino Superior

as desigualdades sociais no país, tendo iniciado em 2007 e a previsão para conclusão em 2012 (05 anos). O gráfico a seguir demonstram os efeitos dessa iniciativa.

Gráfico 01- Quantitativo de Campi de Universidades Federais ao longo das décadas-1940-2020.



Fonte: Site Brasil de Fato/ (SP), acessado em 28/03/20121.

Como observado, durante o período no qual o REUNI foi instituído (2007-2012), houve crescimento considerável no número de universidades federais abertas ao longo dos anos citados.

No âmbito da permanência, entre outros, considerando os sujeitos deste estudo, destaca-se a instauração do Programa Bolsa Permanência instituído no governo da ex-presidenta Dilma, através da portaria Nº 389, de 09 de maio de 2013, tendo por finalidade a concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. Para os estudantes indígenas e quilombolas foi garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal.

Diante do exposto, este estudo objetiva apresentar um Relatório de Pesquisa que busca mostrar e analisar as vivências e trajetórias estudantis dos Quilombolas da Comunidade Loteamento Jaqueira, ainda, identificar como foram inseridos no ensino superior e os impactos do programa Bolsa Permanência na vida acadêmica e pessoal dos

quilombolas aqui entrevistados, tomando como recorte para realização desta pesquisa a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

O estudo visa ainda, incentivar outros jovens da comunidade ingressarem neste nível de ensino, a partir das experiências e trajetórias exitosas de jovens da comunidade que já ingressaram e que conseguiram permanecer na universidade.

Este material produzido, quilombolas falando de si, será compartilhado com os jovens quilombolas da jaqueira, objetivando com isto, aproximar e incentivar outros sujeitos da comunidade adentrarem a universidade, contribuindo com a expansão deste segmento no ensino superior.

A comunidade quilombola Loteamento Jaqueira localiza-se no Baixo Sul da Bahia, na cidade de Valença. Foi certificada legalmente como comunidade remanescente quilombola no dia 05/05/2009.

A natureza do trabalho é de cunho qualitativo, que compreende o Materialismo Histórico Dialético como base epistemológica para desvendar e compreender a realidade. Trata-se de uma pesquisa implicada. O rol de instrumentos metodológicos que norteou a realização da pesquisa foi: Revisão a Literatura, Entrevista Semi-Estruturada, Grupo Focal e Pesquisa Participante. Por fim, sobre a estrutura deste Relatório o mesmo se divide em tópicos que buscam descrever logo aqui na **Introdução** sobre o processo de não inserção da população negra nos diversos seguimentos da vida social na sociedade brasileira, ressaltando o processo de resistência e luta desta população frente à exclusão a ela imposta; **Uma Quilombola na Universidade** situa o/a leitor (a) sobre o Lugar de onde a autora Fala, este tópico irá descrever sobre a trajetória estudantil da autora desta pesquisa, uma mulher, negra, quilombola que anterior ao processo de escuta dos pesquisados, exercita a auto escuta, refletindo sobre as motivações que impulsionaram a realização deste estudo pontua-se sobre as **Incursões sobre o Objeto e Metodologia desta Pesquisa**, sustentando sobre a base teórica que guiou este caminho da produção e os instrumentos adotados; o tópico (03) três irá tratar sobre o processo de formação e caracterização **do Lugar o qual se fala- A comunidade Quilombola Loteamento Jaqueira**; em um movimento de totalidade, anterior aos processos singulares de todos os quilombolas entrevistados, se apresenta sobre **A educação Escolar Quilombola**; ressaltam-se ainda as mudanças positivas ocorridas dentro do **Ensino Superior Brasileiro**, que ficou de **“cara nova”**, devido às **contribuições das políticas educacionais** instauradas, importantes **para sua expansão**;

A Pesquisa de Campo irá trazer as vivências e trajetórias estudantis dos Quilombolas da Comunidade Loteamento Jaqueira no ensino superior, destacando, os impactos e importância do Programa Bolsa Permanência neste processo, toma-se como recorte para realização da pesquisa a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, considerando a natureza investigativa da pesquisa, apresenta-se o último elemento textual desta etapa, **O que ainda está por vir- onde se faz algumas considerações.**

1.1- INCURSÕES SOBRE OBJETO E METODOLOGIA

1.1.1- O Interesse no Objeto de Pesquisa

Como relatado, o interesse pelo estudo, se justifica pela minha inserção neste contexto, ser quilombola e ter adentrado a universidade via Sistema de Cotas. A minha permanência na Graduação foi possível com o apoio dos Programas de Assistência Estudantil, atrelada ao meu compromisso com o coletivo quilombola e com minha comunidade, entendo que estar na Universidade, para alguns Grupos Sociais, é um ato Coletivo. Esses fatores me motivaram e me despertaram na realização desse Trabalho.

As Políticas de Educação no Ensino Superior têm como principal objetivo oportunizar o acesso e auxiliar a permanência dos estudantes em vulnerabilidade social nas universidades públicas garantindo igualdade de oportunidade no acesso e permanência de todos os discentes. Considerando e reconhecendo o processo dinâmico e reflexivo da realização de um estudo, a presente pesquisa sofreu um processo de redesenho, no qual considerou, sobretudo, a demanda apresentada pelos sujeitos da pesquisa, povos de comunidades quilombolas e a inquietação da autora deste trabalho.

Inicialmente, a pesquisa se propôs a realizar uma Análise do Programa Bolsa Permanência a partir dos Estudantes Quilombolas Beneficiários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, estando no centro da pesquisa, o Programa Bolsa Permanência. O programa já havia sido estudado por mim, autora, ainda na graduação, no período de realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), essa pesquisa foi realizada com os estudantes beneficiários da Comunidade Quilombola Loteamento Jaqueira, da qual faço parte.

A proposta apresentada para realização do estudo no Mestrado foi de ampliação do campo e dos sujeitos da pesquisa, se propondo a realizar uma análise do programa bolsa permanência a partir dos estudantes quilombolas beneficiários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Instituição de Ensino na qual realizei o curso de graduação e curso o Mestrado Profissional em Educação do Campo.

O objetivo da pesquisa inicial seria mostrar a verdadeira contribuição que o programa analisado vem proporcionando aos seus beneficiários; cumprindo ainda com a análise de um instrumento de política pública da educação do campo que se instaura neste contexto neoliberal como desdobramento da luta do povo quilombola e dos movimentos sociais. Realizando assim, um diagnóstico do programa e identificação das suas lacunas.

Porém pensado no efeito da pesquisa para os sujeitos participantes, o coletivo quilombola, uma situação ganhou maior expressividade, ainda nesse processo inicial da pesquisa, demandando assim, um repensar sobre ela. Como contribuir efetivamente com a comunidade da qual faço parte e realizei a primeira pesquisa ainda na graduação? Como contribuir com os jovens quilombolas, desta comunidade? Como contribuir com o coletivo quilombola mais efetivamente? Foi então que optamos por analisar e apresentar como são percorridos os caminhos dos estudantes quilombolas do Loteamento Jaqueira na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, entender e apresentar essas trajetórias, acreditamos, é de suma importância na análise do processo de inserção e permanência dos quilombolas no ensino superior, o que poderá ainda, contribuir e incentivar os jovens da comunidade ainda não ingressantes a este nível de ensino, adentrarem á universidade.

Assim sendo, a nova pesquisa, se propõe a realizar um estudo que tem como objetivo apresentar e analisar as vivências e trajetórias estudantis dos quilombolas da comunidade do loteamento jaqueira e como se deram suas inserções e permanências no ensino superior, buscando identificar a contribuição do Programa Bolsa Permanência nesse processo, tomando como recorte para realização desta pesquisa a UFRB. O estudo visa ainda, incentivar jovens ingressarem neste nível de ensino, levando experiências e trajetórias dos jovens da comunidade que já ingressaram e que conseguiram permanecer na universidade.

1.1.2- Os caminhos seguidos – Metodologia

1.1.3- Os Sujeitos da Pesquisa e o Desenvolvimento do Trabalho de Campo

Previamente destaca-se que este relatório foi pensado como Produto da Pesquisa, considerando o compromisso desta, com os povos quilombolas. O que se pretende aqui é apresentar um material compromissado, que contenha uma sistematização cuidadosa de dados, reflexões e informações sobre nós, povos quilombolas, ainda, que esse material seja acessível, em formato, linguagem e proposta aos seus destinatários e que possa contribuir com a expansão deste segmento no ensino superior.

Salienta-se que este Relatório, após a Defesa, será apresentado à comunidade em uma Sessão Especial. A natureza do trabalho é de cunho qualitativo, que compreende o Materialismo Histórico Dialético como base epistemológica para desvendar e compreender a realidade, onde se considera a relação entre universal, particular e singular, pela chave da categoria totalidade. Os fenômenos aqui pesquisados partem dos pressupostos históricos dos fatos estudados, considerando a unidade dinâmica indivíduo/ sociedade, a qual considera o ser homem, como aquele capacitado para transformar a natureza, ser transformado e protagonista pela evolução da organização social humana.

Minayo (1994) descreve a pesquisa qualitativa como um modo de investigação importante para as pesquisas sociais, uma vez que esse modelo procura apropriar-se do que não é quantificável: signos, experiências, sentidos que não são passíveis de quantificação facilmente, enfatizando, assim, que bem mais do que as diferenças metodológicas, a divergência da pesquisa qualitativa para a quantitativa verifica-se na natureza do objeto que ambas se apropriam.

Trata-se de uma pesquisa implicada, implica-se quando na condição de pesquisador, almeja-se estudar um tema cuja problematização demanda a consideração de ser, respectivamente sujeito implicado, ou seja, este pesquisador integra processos/ vivências, que serão tomados como objeto, estando este, na condição de também sujeito da investigação. “Ao assumir o desafio de produzir conhecimento científico ocupando-se de objeto do qual é parte, qualquer autor, como sujeito implicado, vincula, de modo inescapável, sua identidade ideológica ao respectivo projeto” Filho (2013, p.650).

Dessa forma, na pesquisa implicada, não existe espaço para neutralidade no processo de produção do conhecimento, entretanto, “Tal construção intelectual será necessariamente militante, porque atua ou participa, e nem por isso simplista ou panfletária, mas provavelmente síntese do pensar-agir, atuar-investigar, conhecer-transformar, afirma Filho (2013, p. 653)”.

Objetivando apresentar e analisar as vivências e trajetórias dos sujeitos que participam deste estudo, assim como as contribuições do Programa Bolsa Permanência neste processo, o rol de instrumentos metodológicos que norteou a realização deste foram: Revisão a Literatura, Entrevista Semi-Estruturada e Pesquisa Participante, a instrumentalização do Grupo Focal foi pensada como parte dos instrumentos, entretanto, devido contexto pandêmico, sua realização não foi possível, uma vez que os protocolos vigentes instaurados pelos órgãos de saúde e governos proibiam no momento que a pesquisa de campo estava sendo realizada a aglomeração de pessoas. Desta forma, prezando pela saúde dos envolvidos e considerando os seguimentos éticos da pesquisa, o instrumento não foi utilizado.

Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais. Para Kitzinger (2000), o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços.

Além das entrevistas individuais, o grupo focal havia sido pensado como instrumento capaz de oportunizar relatos e reflexões coletivas entre os entrevistados, porém, como já mencionado, devido à pandemia ocasionada pelo Covid-19, este instrumento foi retirado do rol idealizado inicialmente, em cumprimento as medidas de distanciamento e isolamento social estabelecido pelo Ministério da Saúde.

Os sujeitos desta pesquisa foram os estudantes quilombolas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, residentes da comunidade Loteamento Jaqueira. O estudo buscou dá visibilidade as comunidades quilombolas, trazendo a historicidade dos sujeitos dessa pesquisa, de forma que suas trajetórias e redes de significações foram

tratadas cuidadosamente para que não caísse no erro de reforçar o que é propagado pela historiografia brasileira, que invisibiliza qualquer resistência da população negra, quilombola, coibindo todo processo de luta desses, os colocando como pacíficos diante as várias negação sofridas no processo de formação sócio histórica da sociedade brasileira. Sobre esse processo Diosmar Marcelino, afirma

Devido à escravidão de povos africanos, a população negra sempre foi vista pela historiografia brasileira como algo facultado pelo colonizador, que coibia qualquer resistência dos escravizados, o conjunto dos homens e mulheres negras traficados e violentados como seres pacíficos que eram. O que fica invisível nos estudos é a organização e as formas de resistência a política econômica e social no território nacional, mesmo tendo conhecimento do conjunto de insurgências e revoltas estudadas por diversos pesquisadores nacionais e internacionais (SANTANA FILHO, p.68,2018.)

Adota-se na pesquisa a sugestão de Rita Laura (2012) a utilização dos termos povos, como sujeito de uma história em um lugar de cultura, pluralismo histórico no lugar de relativismo cultural.

O que identifica este sujeito coletivo, esse povo, não é um patrimônio cultural estável, de conteúdos fixos, mas a autopercepção por parte de seus membros de compartilhar uma história comum, que vem de um passado e se dirige a um futuro, ainda que através de situações de dissenso interno e conflituosidade (SEGATO, p.07, 2012).

Adota-se o conceito povo do lugar, por esse melhor apresentar e representar os significados das relações estabelecidas entre os sujeitos desta pesquisa e seu território.

Enxergo na expressão “povos do lugar” à referência tanto à dimensão espacial/territorial quanto à dimensão cultural, enfatizando a íntima relação entre as duas. Essa dupla referência aciona a idéia de pertencimento e de enraizamento (cultural) a um espaço socialmente delimitado: uma localidade ou um território. (CARNEIRO, 2008 p.70).

O território também pode ser entendido como uma imagem, como uma construção social simbólica, que é alimentada e alimenta uma rede de relações sociais não restrita a uma espacialidade contínua e delimitada fisicamente. (CARNEIRO, Maria José. 2008 p.70).

Segundo LITTLE (2002, p.10) “A situação de pertencer a um lugar refere-se a grupos que se originaram em um local específico, sejam eles os primeiros ou não”.

Explicando que

Ser de um lugar não requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça, que tendem a ser avaliadas em termos de pureza, mas sim uma relação com um espaço físico determinado. Todavia, a categoria de identidade pode se ampliar, à medida que a identidade de um grupo passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos com base nas suas respectivas cosmografias³. (LITTLE, 2002, p.10)

Sobre essa “categoria de análise” afirma Molina (2012)

Apesar da tentativa de uma definição de caráter mais técnico ou teórico- conceitual por parte da antropologia e da sociologia, o uso dos termos “povos e comunidades tradicionais” não se resume a uma “categoria de análise”, pois trata-se de um termo com fortes conotações políticas, tornando-se uma categoria da prática política incorporada como uma espécie de identidade sociopolítica mobilizada por esses diversos grupos na luta por direitos. [...] O uso dessa identidade sociopolítica faz parte de um conjunto mais amplo de reconfigurações identitárias realizadas por parte das comunidades rurais brasileiras, que, na luta pela afirmação de seus direitos, vêm ressignificando e até rasurando as categorias classificatórias tradicionalmente utilizadas em sua definição (MOLINA, 2012, p.599)

Neste trabalho a ida á campo teve como objetivo primário entrevistar os quilombolas estudantes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia pretendendo aproximar-se das historias e trajetórias estudantil desses, ainda compreender como se deu a inserção e permanência dos entrevistados dentro da supracitada instituição, identificando as contribuições do programa Bolsa Permanência neste processo. Além do citado objetivo, a pesquisa de campo, buscou através dos relatos dos sujeitos entrevistados, conhecer e sistematizar o processo de formação do lugar sobre o qual se

3- “No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizou-se o conceito de cosmografia (Little 2001), definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território” (LITTLE, 2002, p.4).

fala a comunidade quilombola Loteamento Jaqueira. Para isso, a estrutura elaborada na execução das entrevistas visou alcançar essas duas pretensões⁴.

Após realização da banca de qualificação, prosseguimos com o amadurecimento do estudo em tela, neste sentido, se aproximava o momento para a realização da pesquisa de campo a efetivação das entrevistas individuais e o grupo focal, instrumentos idealizados para coleta de dados. Salienta-se que o campo o qual está pesquisa se realiza é o lugar de morada da pesquisadora.

No início de 2020 o mundo vivenciava um momento ímpar de amedrontamento e reorganização social, cenário acometido pela presença de um vírus novo, o coronavírus que causa a infecção COVID- 19, sendo este de rápida contaminação, desconhecido, podendo ser mortal. No Brasil o primeiro caso confirmado foi em Fevereiro, sendo sentido os efeitos ocasionados pelo COVID-19 no mês seguinte, Março de 2020.

A partir daí o mundo já não era o mesmo, virou-se de cabeça para baixo em questão de meses, diversos protocolos foram instaurados para conter as taxas de contaminação, dentre eles, uso obrigatório de máscara e álcool gel, fechamento dos serviços não essenciais, estabelecimento do distanciamento social e proibição da aglomeração de pessoas, momentos intensos, problema de saúde pública que intensificava a cada dia, mês, as expressões da desigualdade social do nosso país. A taxa de desemprego crescia, as oportunidades de trabalho diminuía, a intervenção estatal era a mínima possível, uma vez que a liderança maior do país nega/ negava à gravidade da situação, o medo, a insegurança e as consequências da pandemia se agravavam diariamente.

Neste sentido, todo esse contexto pandêmico impactou a realização desta pesquisa, as entrevistas anteriormente já agendadas, sofreram mudanças, as pessoas estavam agitadas e com medos, e por isto, foi preciso, remarcar-las e ajustá-las aos protocolos vigentes. Sendo assim, essas foram realizadas na residência dos entrevistados, onde esses e a autora, entrevistadora, faziam uso de máscaras, álcool gel e obedecia ao distanciamento entre sujeitos. As entrevistas foram gravadas em aparelho

⁴ Estrutura do Formulário utilizado nas realizações das entrevistas encontra-se nos Anexos deste trabalho.

telefônico e posteriormente transcritas pela autora, sendo realizadas, seis (06) entrevistas.

O grupo focal que seria realizado após efetivação das entrevistas individuais com todos os sujeitos da pesquisa, não foi possível de concretização, uma vez que a reunião de pessoas para qualquer fim, naquele contexto era sinônimo de risco. Foi preciso repensar a metodologia do trabalho, respeitar e entender os processos e as pessoas naquele momento. O processo de escrita foi penoso, era difícil me dedicar à pesquisa estando tão próxima das angústias e sofrimento das pessoas, que foram intensificadas neste contexto, aproximação ocasionada pela profissão que desempenho, assistente social e pelo lugar de morada. Recordo-me que por um período, me dediquei quase que exclusivamente ao processo de requisição do auxílio emergencial⁵ para as pessoas da comunidade que convivo e onde atuo profissionalmente, uma vez que todo processo era feito de forma digital e a maioria não tinha agilidade/ aproximação com o uso de aplicativos. Dessa forma, engendrada neste contexto, esse estudo se realiza.

A fase da sistematização da pesquisa de campo é sem dúvida uma importante e desafiadora etapa do estudo, esta proporciona novos e/ou aprofundamentos dos saberes e conhecimentos sobre o tema o qual se estuda e requer cuidado e leitura. Lima (2008) afirma que “sua credibilidade dependerá, em grande parte, da sistematização do registro, [...] recomenda-se que se disponha de argumentos teóricos capazes de fundamentar o teor das descrições, das interpretações e das inferências que este vier a fazer”. A pesquisa de campo realizada neste estudo proporcionou coleta de dados, que quando analisados e refletidos em bases teóricas, resultaram em conhecimentos primeiramente sobre as vivências e trajetórias estudantis dos Quilombolas da Comunidade Loteamento Jaqueira, como se deu as inserções e permanência desses no ensino superior, destacando, os impactos e importância do Programa Bolsa Permanência neste processo, sendo possível ainda, reconstruir o processo de formação da comunidade que se reside e suas características enquanto comunidade quilombola.

⁵ O auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República foi um benefício de R\$ 600 pago pelo período de 05 meses para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19, já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise.

2- UMA QUILOMBOLA NA UNIVERSIDADE

2.1- Lugar de Fala

Enquanto realizava a leitura de um texto indicado pela minha orientadora, me deparei com um pensamento moldado e estabelecido pelas relações e organização da sociedade machista: intelectual?! só pode ser homem. E quem nunca?! Enquanto lia o prefácio da obra traduzida: Pode um subalterno Falar? Se tratando de um nome estrangeiro, logo achei que a mesma havia sido produzida por alguém do sexo masculino, por mais “empoderada” que sejamos, é muito difícil nos imaginarmos em lugares que não são pensados para nós, mulheres. Intelectual, com uma obra que leva esse título, não se trata de uma subalterna falando, até que o próprio texto nega minha afirmação, não isolada, quando me deparo durante a leitura com o pronome pessoal ela, se referindo à autora.

Essa simples, mas significativa experiência me fez realizar diversas reflexões enquanto mulher, negra, quilombola, pesquisadora, as quais com certeza influenciará a forma como este trabalho está sendo pensado, materializado e teorizado.

Nasci e me criei em uma comunidade remanescente quilombola situada na cidade de Valença-BA. Minha trajetória escolar assemelha-se bastante com a trajetória dos demais camponeses, que desde muito cedo são obrigados a vivenciarem o contexto de negação do direito no acesso a uma escola, pública de qualidade, do campo e para o campo.

Desde muito cedo me recordo que em uma casa de 03 filhos, 02 homens e 01 mulher, minha educação escolarizada sempre esteve como prioridade. Filha de uma sábia e resistente mulher negra, marisqueira, cristã, que precisou encerrar seus estudos antes de finalizar o ensino médio por falta de condições financeiras, fui direcionada a trilhar pelo caminho que me proporcionasse autonomia e independência. A história dessa mulher foi utilizada como contra referência na criação da sua única filha. Não foi fácil para ela nem para mim, enfrentar os padrões estabelecidos na educação dos filhos pela sociedade machista, ainda em uma localidade rural, onde esses padrões com seus respectivos papéis são fortemente sustentados. Fui criada como meus irmãos, apreender sobre as tarefas domésticas nunca foi nossa prioridade, orgulho mesmo ela tinha em ter

uma filha que muito cedo aprendeu a ler e escrever, que tirava sempre boas notas e era elogiada por seu desempenho escolar.

Estudar sempre foi algo muito prazeroso, apesar de ter vivenciado todo ciclo da não oferta da educação a população campestre. As séries iniciais cursadas em uma escola na comunidade. Para cursar o ensino fundamental precisei sair do meu lugar de vivência para estudar na cidade, utilizava transporte escolar e me recordo das diversas formas de bullying que sofríamos por sermos campestres, nossa forma de ser e viver, constantemente eram utilizadas para nos violentar. Situações que nos impulsionavam a negar nossa identidade. O ensino médio cursei no CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica localizado na minha cidade. Esse período foi bastante difícil, carregado de dificuldades, financeiras e de aprendizagem. Recordo-me que o valor recebido pela minha mãe referente ao benefício bolsa família, ajudou muito custear minha permanência no ensino médio, nesse período, ainda era muito tímida a política de assistência estudantil. Cheguei a me inscrever em uma das seleções, porém os critérios para selecionar os beneficiários eram bastantes rígidos, devido ao quantitativo pequeno das bolsas disponíveis, tinha que selecionar “os mais pobres entre os pobres”. Os institutos estavam em fase experimental dos cursos integrados, assim, estudarmos dois turnos, pela manhã disciplinas equivalentes ao ensino médio e a tarde as disciplinas referentes ao curso técnico, sendo o cursado por mim o técnico em Turismo, nunca exerci nada dentro da área.

2.2- Minha História e Trajetória no Ensino Superior

Após finalização do ensino médio, tentei por um ano me inserir no mercado de trabalho, porém sem êxito. Então comecei a trabalhar com reforço escolar em casa mesmo, com o dinheiro recebido, realizei minha inscrição no vestibular da UNEB e mesmo entusiasmada para cursar psicologia tive que optar por pedagogia, 01 dos 02 cursos disponíveis no campus da UNEB de Valença. Não fazia ideia de como faria para me manter em outra cidade enquanto estudava, então precisava estudar na minha Cidade. Veio à aprovação e a reação da minha mãe não foi das melhores, era uma expressão que demonstrava preocupação, então me falou que não tinha como ajudar a me manter na faculdade, recordo que então falei: não precisa, é de graça!. E seguir feliz, muito feliz com a aprovação. Cursei Pedagogia e de fato não necessitou da ajuda da minha mãe, que não tinha como ajudar. Durante o período que fiquei na UNEB me

envolvi com vários projetos, fui estagiária remunerada da própria instituição, conseguir ser coordenadora voluntária no programa do Topa por várias etapas, cursei 01 ano do curso técnico em meio ambiente do IF BAIANO, fiz muitas coisas. E quando estava indo para o 5º semestre do curso de pedagogia, resolvi realizar o Enem, pensando então em tentar psicologia, ai então já sabia da existência das políticas de assistências estudantis e dentro de mim sabia que caso aprovada, o sonho seria possível, mas não fácil de concretização. E por um ordenamento do semestre da UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, não pleiteei a vaga para psicologia, mas sim para Serviço Social, convicta de uma futura transferência interna para o tão sonhado curso, Psicologia, que não aconteceu, me encontrei no curso que estava e decidir permanecer. Fui cursar Serviço Social na UFRB, Campus- Cachoeira e de mais ou menos 05 anos que ali estive, fui beneficiária dos programas de assistência estudantil, com exceção do primeiro semestre, que fui mantida pela força de vontade que tinha em permanecer.

Quando aprovada no processo seletivo, não sabia nem onde se localizava a cidade de cachoeira. Ainda assim, à vontade em fazer um curso em universidade pública e federal me fez ir à busca de possibilidades para realização deste desejo. Em articulação, busquei pessoas da minha cidade que estudava na UFRB- Cachoeira e as que haviam sido aprovadas naquele período, assim conseguir me instalar, dividia casa com mais 03 meninas. Foi o semestre mais difícil, pois além de ter que lidar com a distância e a adaptação, a questão financeira pesava muito, pois pagava aluguel. O que me permitiu permanecer neste período foi o auxílio da família e um valor que havia recebido do estágio que estava realizando na UNEB, anterior a aprovação. Houve um estranhamento com aquele espaço, ainda que já tivesse feito um curso superior anteriormente, estranhamente, não sei se foi por estar distante de casa, esse segundo contato com aquele espaço foi bem mais intenso e conturbado. Ainda durante o primeiro semestre me inscrevi no programa de assistência estudantil da UFRB e a partir do segundo semestre do curso passei a ser beneficiária da PROP AE, como residente. Por não ter RU⁶ no campus, os residentes tinham direito a uma bolsa alimentação, esse valor era utilizado para xerox e transporte. Após esse período de adaptação me senti bem acolhida na Universidade, muito possivelmente por estar em um Centro de

⁶ Restaurante Universitário

Humanidades e Letras e compartilhando espaço de moradia com pessoas que tinham trajetórias de vidas semelhantes a minha.

Academicamente não sentia dificuldade em dar conta das exigências, que o mundo acadêmico impõe, exceto no primeiro semestre por ter sido um período mais difícil. Sendo beneficiária do programa de auxílio estudantil da universidade, pude neste período da graduação, me dedicar exclusivamente aos estudos. Minha trajetória de vida, particularmente, a qual não fui guiada sozinha, minha mãe é a principal responsável por isso, me permitiu dentro do contexto no qual vivo ser privilegiada neste aspecto. Ter cursado o ensino médio no CEFET contribuiu bastante no preparo para adentrar a universidade. Então para mim, a principal dificuldade encontrada no período de graduação foi econômica.

Após dois anos de curso, tive conhecimento da existência do Programa Bolsa Permanência, através de uma aluna da UFBA, pois a divulgação do programa na instituição a qual estava ligada era extremamente tímida se não inexistente.

2.3-A chegada da Bolsa Permanência e as Transformações

Foi nessa ocasião que também tivemos conhecimento que nossa comunidade estava titulada desde 2009 como remanescentes quilombolas, porém os moradores não tinham ciência do fato, após nossa inserção no programa, foi que algumas ações, como reuniões com a comunidade e representantes institucionais ocorreram.

Em uma dessas ocasiões, recebemos uma representante do INCRA, a mesma veio fazer o levantamento para saber se a comunidade tinha interesse pela titulação, explicando como ocorreria o processo, na época achei o discurso da mesma, bastante desmotivador, e com certeza não havia neutralidade nele. Assim a comunidade “optou” pela não titulação, foi angustiante participar daquele momento sem ter muito que fazer.

Após adesão no programa Bolsa Permanência às dificuldades financeiras eram quase inexistentes, além da Bolsa continuei na residência da Universidade. O que me proporcionou apresentar um trabalho acadêmico na Argentina. Se não fosse a existência da bolsa permanência, com certeza isso não seria possível.

Formei em Serviço Social e ainda quando estava no 8º semestre do curso, fui aprovada em um concurso público municipal. Foi maravilhoso e gratificante essa conquista, porém o que eu mais queria era o mestrado, esse mestrado, o qual tive

contato em 2012 , quando participei do I Encontro Internacional de Educação do Campo, realizado em Amargosa.

Após um ano trabalhando como assistente social no município de Itabuna resolvi então tentar o mestrado. Realizei inscrição em dois, sendo um deles, o Mestrado Profissional em Educação do Campo. E então, a tão sonhada conquista chegou, a aprovação no mestrado.

Apesar da dificuldade geográfica, pois residir em Valença, trabalhar em Itabuna e estudar em Amargosa, realizei a matrícula no curso e me esforcei incansavelmente em estar dando o meu possível para concluir com louvor esse ciclo.

E dentro desse percurso descrito, resumidamente da minha história de vida, trajetória de luta, dificuldade, resistência, superação, eu me vejo na obrigação em contribuir com os meus que por algum/ muitos motivos, não tiveram acesso ao que já tive. Para que suas escolhas sejam cada vez mais conscientes; próprias e cada vez menos como expressão da negação de direitos e do não acesso à informação. Que eles tenham conhecimentos das possibilidades e então realizem suas escolhas. É dentro desse contexto que essa pesquisa foi pensada.

Neste sentido, este trabalho busca mostrar e analisar as vivências e trajetórias estudantis dos Quilombolas da Comunidade Loteamento Jaqueira, como se deu a inserção e permanência no ensino superior, destacando, os impactos e importância do Programa Bolsa Permanência neste processo, toma-se como recorte para realização desta pesquisa a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

3- O Lugar sobre o qual se fala – A comunidade Quilombola Loteamento Jaqueira- Valença/BA.

Esse tópico foi construído, sobretudo com o material colhido durante a pesquisa de campo realizada com os sujeitos desta pesquisa e complementarmente com as memoriais e as informações da autora adquiridas durante uma pesquisa⁷ realizada pela mesma em 2016 na produção do Trabalho de Conclusão de Curso na Graduação.

Durante a realização da pesquisa de campo, a estrutura formulada para a efetivação das entrevistas realizadas com os sujeitos desse estudo, trazia questões sobre as memórias e informações que eles obtinham sobre sua comunidade, o quilombo Loteamento Jaqueira. Objetivando construir uma narrativa a partir dos relatos dos entrevistados, da história de formação da Comunidade Loteamento Jaqueira, objetivando dá voz a esses jovens quilombolas no que se refere ao processo de formação do lugar onde se habita, o qual os alimenta e por seus sujeitos é alimentado. Reconhece-se que as sistematizações desses processos são muitos importantes para manutenção da cultura e memória local.

3.1- Um Resgate a “nossa” Formação: Sobre (Viver) aqui!⁸

3.1.1- Do Seu Processo de Formação

A comunidade quilombola Loteamento Jaqueira localiza-se no Baixo Sul da Bahia, na cidade de Valença. Foi certificada legalmente⁹ como comunidade

⁷ Essa pesquisa ocorreu no 1º semestre de 2016, onde se entrevistaram os 11 moradores mais anciões da comunidade.

⁸- Os conteúdos apresentados nos subtópicos se referem ao processo de formação do quilombo Jaqueira.

⁹- Informação disponível no site da Fundação Cultural Palmares. <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/CERTID%C3%95ES-EXPEDIDAS-%C3%80S-COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS.pdf>.

remanescente quilombola no dia 05/05/2009, sob o processo de número 01420.000598/2009-03. Segundo informações prestadas pela AMOJA- Associação dos Moradores do Loteamento Jaqueira atualmente a população estimada para a comunidade é de aproximadamente 720 pessoas. As falas dos sujeitos¹⁰ aqui entrevistados permitiram apreender os aspectos do processo de sua formação.

Segundo relatos e memórias dos entrevistados e da autora, o processo de formação do lugar se deu através de duas fazendas principais que existiam naquele território. Na parte de “baixo” do território situava-se a fazenda de Juvenal Raposa que ficou conhecida como Fonte da Prata, pois muitos acreditavam e afirmavam existir ouro e prata na localidade. Já na parte de “cima” situava-se a fazenda de João Guimarães, atualmente sede da comunidade, que desde o processo de formação ficou conhecida popularmente como Jaqueira, dada a existência de um número expressivo de jaqueiras nesse local. No início do processo de formação, apenas o percurso Fonte da Prata era povoado. Alguns que ali habitavam já nasceram na localidade, com o tempo foram chegando outras pessoas que compravam uma “tira” de terra de Juvenal ou nas mãos de alguns trabalhadores da fazenda, que receberam como forma de pagamento, por muito tempo de “duro serviço”, um lote de terra “doador” pelo fazendeiro Juvenal Raposa. Eram poucos moradores, a maioria deles trabalhava na fazenda Fonte da Prata.

Sobre esse processo de formação afirma Matheus

[...] Aqui embaixo a gente acredita muito na questão dos fazendeiros que possuíram muitas terras e seus trabalhadores depois de certo período acabaram adquirindo este local aqui, conseguindo instalar usos e costumes com a pesca, casa de farinha e muitas outras coisas. (Matheus, 2020).

Informações que se confirmam na fala de Jaynara (ED/2016), “Acho que alguns trabalhadores aqui herdaram as terras daqui, outros até os próprios patrões deixaram para eles”.

10- Foram 06 entrevistados, sendo todos estudantes da Universidade Federal do recôncavo da Bahia beneficiários do Programa Bolsa Permanência.

A formação de um território quilombola não acontece de forma homogênea, os processos de constituição são distintos e varia de lugar para lugar, ocorrendo de diversas formas e motivos diversos.

Os territórios das comunidades quilombolas têm, portanto, uma gama de origens, tais como doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão; compra de terras pelos próprios sujeitos, possibilitada pela desestruturação do sistema escravista; bem como de terras que foram conquistadas pelos negros [...]. (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) 2010 p. 272).

Esse foi o processo de formação da comunidade Loteamento Jaqueira, seu surgimento advém de duas grandes fazendas principais que ali existiam concentradas apenas nas mãos de dois proprietários, que de acordo com o fala dos mais antigos do lugar eram, homens, brancos e ricos.

O quilombo loteamento Jaqueira teve sua expansão com a ocupação¹¹ de uma das duas principais fazendas ali existentes compradas pela prefeitura, antes de João Guimarães. A comunidade foi crescendo, crescendo e hoje o que se tem do ontem são poucos elementos, mas muitas memórias que quando passadas adiante fortalecem a identidade local e afirmam enquanto povos do lugar.

Ao perguntar sobre as transformações ocorridas na comunidade, todos declararam que essas foram muitas e expressivas, principalmente no que diz respeito a quantidade de moradores e casas, que anteriormente eram poucas, após o processo de ocupação da fazenda da parte de cima, a comunidade fica mais numerosa. Avançou-se no acesso á alguns serviços básicos, tais como: energia elétrica e água encanada, assim como o ingresso dos moradores ao ensino superior, o que tempo atrás era algo até impensável. Sobre isso, o entrevistado Isaias (2020) afirma

Observando nós podemos perceber a quantidade de casas, que cada vez nós temos muito mais pessoas morando; a presença da eletricidade também é uma coisa interessante porque já adentrou na comunidade como um todo, porque era até determinada parte, agora se estendeu mais aquela parte lá do fundo mesmo já tem; a água também já é presente; apenas a falta de saneamento básico e um calçamento adequado para melhorar as condições de vida do bairro porque quando

11- Segundo informações prestadas por um dos moradores entrevistados a parte de “cima” do território, onde ocorreu à ocupação, foi inaugurada no dia 10 de Novembro de 1992 pelo Prefeito Agenildo.

chove ainda tem alguns transtornos de lama e tudo mais, mas fora isso.

Os elementos presentes no processo de formação do lugar apontados pelos entrevistados durante a pesquisa confirmam as características da comunidade com ancestralidade negra, dotada de modos de ser e viver, mantendo uma relação territorial específica de comunidade quilombola, tendo a terra como principal fonte de vida. Essa forma de organização, que tem como base a próxima relação homem x natureza como forma de existir e subsistência contraria a ordem social competitiva vigente que, na maioria das vezes despreza esse tipo de organização antagônica, tenta exterminá-la ou enquadrar aos seus ideais.



Figura 01- Mapa da Comunidade- Google Maps (2021).

3.2- Características Culturais

Nesse subtópico buscar-se-á trazer à tona histórias de lendas ouvidas e/ou vivenciadas, sentidas pelos jovens quilombolas aqui entrevistados. Esses elementos são partes integrantes da cultura local, caracterizando-se como elementos culturais

imateriais. Realizar o resgate e registrar essas histórias e contos são de grande relevância no processo de conhecimento e fortalecimento da cultura local, para que essas não venham se perderem com o tempo, visto que são histórias e contos presentes na memória desses jovens quilombolas, contadas por seus anciões que precisam ser contadas e passadas adiante como forma de resistência e continuidade das tradições e práticas culturais herdadas dos seus ancestrais.

Os elementos citados pelos moradores aqui entrevistados que caracterizava o local como quilombola foram: Todos entrevistados apontaram a forte ligação dos sujeitos do lugar com terra, sendo essa um dos meios de sustento, a prática da pesca presente desde o processo de formação do lugar, a forte ligação existente entre os moradores, mesmo quando não possui ligação consanguínea, elementos físicos, materiais que recriavam os modos de ser e viver existentes anteriormente: rodão, casa de farinha, manifestações culturais religiosas do candomblé, zabiapunga, capoeira.

O desaparecimento de algumas dessas práticas, não desconfigura a comunidade como quilombola, pois as características que a identifica como tal estão para além dos elementos concretos, materiais. São relações específicas do modo de ser e viver que essa população estabelece entre si e seu território.

E o que muito se ouve por aqui são contos, contos que encantam. Histórias ouvidas, vivenciadas, presenciadas por quase todos que ali residiam. Lobisomem, Caipora, Mula de Padre, Aves Falantes, Ouros Andantes, Almas Penadas, Mulher com e sem cabeça vestida de branco que aparecia no topo da ladeira do Luciano, semente da eternidade usada por “seu Jorge”, curupira e Sereia. Como relatou Matheus (2020)

Eu ouvia falar quando eu era pequeno, não sei se era conto para colocar medo na gente. Mas ouvia falar do curupira, ouvia falar da sereia quando eu ia para escola mesmo tinha uma ponte ali que todos os dias eu ia quietinho para ver a sereia, mas nunca vi essa sereia.

Lobisomem também já teve, às vezes apareceram algumas arvores arranhada disseram que era o lobisomem.

Rapaz... Meu irmão... Aquela fonte da prata tinha muitas coisas. Mulher sem cabeça já ouvi.

Ai, ai. Quando ficava tarde começava escurecer eu vinha-me embora.

Mulher sem cabeça de vestido branco. Tinha um plantio de cana ali, o pessoal falava que tinha uma mulher que tomava conta do plantio de cana. Nunca ouviu não?

Eu dava o pano.

Essas são histórias e lendas integrantes da cultura local. E para sustentar-se, manterem-se vivas, elas precisam ser contadas, conhecidas e sempre lembradas.

3.3- Características Socioeconômicas

Como já relatado anteriormente, a parte inferior da comunidade onde se localizava a fazenda de Juvenal Raposa, atual Fonte da Prata, já era povoada por alguns que moravam e trabalhavam naquele lugar. Alguns que ali residiam nasceram no local, outros chegaram e ficaram. Viviam da terra e do mangue, trabalhavam na fazenda ganhando o dia, partindo coco, lavando e fazendo azeite, de tudo ali se fazia menos estudar, isso ali não tinha.

Na fazenda Fonte da Prata existe um rio, suas águas serviam como principal fonte de abastecimento da comunidade onde as mulheres, quando não havia água encanada na comunidade, usavam para banho, lavar e beber. Apesar de hoje existir serviço de água, algumas pessoas ainda utilizavam as águas do rio. Recentemente a parte que ficava a sede da fazenda, foi vendida á terceiros, e a imagem do lugar, foi totalmente modificada, a vegetação retirada e os destroços da casa e rodão existente na fazenda, foram totalmente removidos. Atualmente o último proprietário da sede da fazenda faleceu e a mesma foi vendida a pessoas desconhecida da comunidade, as quais cercaram o espaço, que sempre esteve aberto para circulação dos moradores, essa fazenda apesar de ter um proprietário particular fazia parte do território e do cotidiano daqueles que aqui habitam.

O principal produto comercializado na comunidade era o dendê. As relações de trabalho eram avulsas, sem garantias trabalhistas. As poucas pessoas que viviam no lugar levavam uma vida árdua de muito trabalho. Vieram de famílias pobres, numerosas e trabalhavam para ajudar com as despesas de casa. Seus pais não tiveram acesso ao processo de escolarização e como tudo na época era difícil eles não priorizavam a escola porque matar a fome era necessidade imediata.

[...] estavam mais voltados para a agricultura, pesca, mariscagem. Porque não tinha renda, era apenas como o pessoal falavam antigamente que era uma fazenda e dessa fazenda originou o bairro [...] Basicamente da agricultura, pescaria e marisco. (Isaias, 2020).

Atualmente os moradores da comunidade quilombola sobrevivem da pesca predominantemente, alguns da Agricultura e outra parte trabalham no comércio / outros. A maioria dos moradores não possui carteira de trabalho assinada, apenas os que estão inseridos no comércio e outros serviços. Os pescadores e marisqueiras possuem registro em Colônia de Pescadores, uma organização normativa e Coletiva de pescadores.

Atualmente há outras variedades de ocupações, tem pessoas que trabalham no comércio. Com um tempo como a comunidade foi crescendo e com avanço também dos meios de transportes, com essa evolução as pessoas tem outras ocupações como no comércio, e tem donas de casa também. (Tatieli, 2020).

Na parte de baixo do território concentra-se a grande maioria que possuem vínculo empregatício, tendo também essas pessoas, maior poder aquisitivo e acesso a bens e serviços.

É na parte de cima do território que se encontram algumas moradias em condições vulneráveis e precárias estruturalmente. É ainda no território de cima que se concentram maior número de famílias em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade socioeconômica.

3.4- Características Educacionais

Durante seu processo de formação não existia escola na comunidade quem podia e tinha como estudar se virava, saía para outras localidades ou aprendia em casa o pouco que afirmam saber.

A primeira escola da comunidade foi fundada por uma dos primeiros moradores, dona Elionara, mulher guerreira e valente. Na cabeça lhe veio a brilhante ideia de abrir uma escola no bairro, que até então não existia.

[...] ai me deu aquilo na cabeça, minha gente eu dessa idade, não tenho carteira assinada [...] eu tinha uns 40 anos. Ai isso aqui era meu, que comprei esse salão ai, ai me deu aquilo na cabeça, eu disse sabe que mais?, eu vou fazer um salão pra eu botar umas coisinhas pra vender. [...] Eu vendia, o povo do matador vinha, [...] Deus que orientou em tudo. [...] Tinha uma escola sabe onde é ? lá em cima, de frente a Diogo, mas era de adulto, [...] menina eu joguei foi duro, [...] conversei tudo, era inteligente rapaz, conversei tudo com Lusinete,

[...] o salão já tem, e pra enterrar esse salão minha senhora? Foi casca de coco, [...] enterrado de casca de coco ai ô. Era maré, mangue. Arranje os meninos , arranje 25 menino, quase 30 por ai [...] e venha aqui. Oxên, eu peguei o caderno e sair de porta em porta, [...] eu sei que eu arranjei 25 menino certinho. Ai levei o caderno a ela, ela disse, então dona Nonora a senhora vai e fala com João Lalau, [...] era o prefeito. [...] ele disse, já não tem uma escola ali, tem mais foi o Mobral, de adulto [...] eu disse é muitas crianças ai pra estudar e não tem onde estudar. [...] Lusinete disse, pode fazer dona Nonora à escola, ai ele mandou carteira, as cadeiras, mandou tudo e deixou ai, eu sei que conseguiu a escola. [...] a professora primeiro foi Edna, depois Lení, [...] de Valença, ai depois terminando foi Cira,[...] eu era merendeira, sensora , e o salão por 5 mil reis. A diretora vinha olhar os meninos, quantos tinha, [...] uns 30 e tanto meninos, acho que era escola Baradário, [...] levou uns quatro anos, depois foi diminuindo os meninos, [...] um dia a diretora veio só tinha três meninos, [...] ela disse [...] não se pode mandar merenda, vai na casa das mães, pra mandar os meninos pra escola, pra ganhar merenda, pra eles comerem, [...] quando veio da outra vez, só tinha quatro menino, cinco, [...] não pode mandar merenda pra uma escola dessa, as mães não quer mandar os meninos, ou eles não querem vim ai. (QUEIROZ, ED/2016).¹²

Por falta de aluno a escola fechou. Atualmente existe uma escola localizada dentro da comunidade para alunos de séries iniciais. Os alunos matriculados em outras modalidades de ensino, como fundamental I e II e ensino médio, cursam as séries em escolas fora da comunidade.

Quando perguntado sobre a importância dos estudos e suas percepções ao fato de alguns jovens saírem da comunidade para estudarem as respostas obtidas nas falas dos entrevistados foram unicamente a de ser o estudo essencial não somente para as pessoas individualmente, como para sua família e também sua comunidade, ressaltando ser a educação e a oportunidade de estudo, um direito pelo qual devemos lutar.

Eu acho de grande importância porque quando a gente sai temos o compromisso de voltar e dá um retorno não só a família, mas a comunidade, e fazer alguma coisa que traga resultados positivos e até mostrar nossos conhecimentos. Então eu acho de grande importância assim, é uma grande felicidade quando a gente, ver um jovem de nossa comunidade sair para estudar e voltarem formados. (Misma, 2020).

¹² Entrevista realizada no primeiro semestre de 2016 pela autora do referido trabalho durante a pesquisa do seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Salienta-se que os primeiros moradores do lugar, foram excluídos do processo de escolarização, por razões econômicas, esses sujeitos eram obrigados a trabalhar desde muito cedo para suprir suas necessidades básicas de subsistência. E o direito de acesso à educação era negado a cada um deles.

Finalizamos esse tópico, com falas e reflexões carregadas de significados, capazes de facilitar a compreensão dos processos históricos de formação da sociedade brasileira, que se apresentam de formas diversas, porém, sua razão estrutural é a mesma, nesse caso a exclusão do negro e de seus descendentes nos diversos processos de integração da sociedade de classe, inclusive sua exclusão no processo de educação. O que remete aos dias atuais uma disparidade no acesso a educação entre brancos e negros, essa diferença se intensifica ainda mais quando a referência passa a serem os números relacionados ao ensino superior. Atualmente são 11¹³ ingressantes da comunidade no ensino superior, 10 residem na parte de baixo do território Fonte da Prata, recentemente uma moradora da parte de cima do território ingressou no ensino superior.

3.5- O distanciamento entre Moradores da Comunidade Loteamento Jaqueira

Como aqui já sinalizado, o processo de formação da Comunidade Loteamento Jaqueira se deu inicialmente por meio do repasse de terrenos da fazenda fonte da prata, principal fonte de trabalho da época, pelo fazendeiro João Raposa aos seus mais antigos trabalhadores, como forma de pagamento pelo tempo de trabalho prestado. Assim, a “parte de baixo” do território foi sendo formada e povoada.

A “parte de cima” do território era formada por outra fazenda, pertencente a outro dono. A Fazenda da Jaqueira, onde predominava o plantio de cacau e principalmente da jaca, fruta da região. Esta fazenda sofreu um processo de ocupação, muito posterior ao processo de formação e expansão da parte de baixo. As pessoas que participaram da ocupação vieram de municípios vizinhos e da própria cidade de Valença.

¹³ Desses 08 matriculados em Instituição de Ensino Superior Federal, UFBA ou UFRB, 02 matriculados em Instituição de Ensino Estadual, UNEB e 01 em IES da rede privada.

Assim, os sujeitos que residem na parte de baixo do território se conhecem há mais tempo e mantêm entre si uma relação de afeto, reconhecendo-se como membros de uma única família.

Algumas situações vivenciadas por uma família do lugar são sempre compartilhadas e sentidas pelos demais moradores, sem muita restrição de informações e com alto grau de envolvimento. Exemplo: Situação de perda na família; Desemprego, Divórcio e etc...

Eles se reconhecem e sempre se classificaram como “mais unidos” quando comparados aos moradores da parte de cima do território. Esse “mais” se estende a outros aspectos, como educação, regra de comportamento, aquisição financeira e outros. Ou seja, enxergam-se como superiores aos moradores da parte de cima do território, possuidores de características humanas superiores. Esse pensamento foi legitimado por ambas as partes e moldou a relação entre os moradores de um mesmo território quilombola, mas que se divide entre si, se reconhece como desiguais.

Essa desigualdade antes subjetiva foi incrivelmente se materializando. Uma situação que intensificou essa divisão e distanciamento foi o processo de pavimentação da comunidade, apenas o território de baixo foi pavimentado, em linha exata do início e fim da fazenda fonte da prata.

Toda e qualquer situação praticada por moradores da fazenda fonte da prata que se desviasse da “normalidade” e regras estabelecidas socialmente, eram subjugadas como hábitos dos moradores da fazenda jaqueira. Frases constantes:

- “Vai pra onde assim com essa roupa? Parecendo o pessoal do Loteamento”.

-“Menino, espera, se comporte, ta parecendo os meninos do Loteamento.”

Sempre associando, os desvios praticados pelos sujeitos do território de baixo como características fixas do modo de ser da população do território de cima, os desprovidos de virtudes.

Talvez, motivada também por razões econômicas, uma situação que demonstra a linha de separação invisível entre os dois grupos dessa mesma comunidade, é o fato de que em período do natal, é bem comum a distribuição de presentes por voluntários na comunidade, entretanto, esses presentes nunca foram nem são distribuídos para as crianças da parte de baixo do território, para termos acesso, tínhamos que sair correndo atrás dos carros de presentes, como isso se repetia anualmente, montávamos uma espécie de guarda na rua, para não perder o momento que o carro de presentes passaria.

Atualmente o distanciamento ainda é visível, alguns serviços ofertados pelo posto de saúde, escolas e associação de moradores da comunidade, são vistos pela população do território de cima, como restritos a eles, uma vez que esses estão organizados em espaços físicos que se localizam no território de cima. Uma forma de reivindicação e coerção. Frases comuns:

- “Esse povo de lá de baixo tão fazendo o que aqui?”.
- Que eu saiba esse direito é dos moradores daqui, da Jaqueira!

No livro intitulado “Os estabelecidos e os Outsiders” narra-se à organização e as relações sociais de uma comunidade, na qual seus moradores eram socialmente divididos em dois grupos, o critério de agrupamento e enquadramento adotado, era o tempo de permanência do sujeito na comunidade, isso iria classificá-lo em estabelecidos, os quais possuíam características humanas superiores ou Outsiders, que tinham carências de virtudes e valores e eram menos humanos. Sendo assim, os moradores mais antigos, os estabelecidos, considerava-se mais pertencentes à comunidade e superiores as pessoas do grupo oposto, ressalta-se que tal organização foi socialmente normatizada pelos dois grupos, assim, os Outsiders, se consideravam inferiores aos estabelecidos, ocorrendo assim, penetração por esses sujeitos do estigma social na sua auto-imagem.

Durante a leitura do livro citado, achei que estava lendo sobre minha comunidade, entretanto, quando fui escrever esse tópico, em meio às reflexões e associações estabelecidas, percebi que apesar de constar muitas semelhanças com aquela comunidade, algumas questões, são expressas de forma particular no Lot. Jaqueira. O critério único, adotado, na comunidade descrita na obra citada, para designar se o sujeito era um estabelecido ou um Outsiders, era o tempo de permanência que o mesmo tinha na comunidade, não havia distinção de raça, classe ou outro critério qualquer neste processo, o tempo do sujeito na comunidade designava o grupo o qual o mesmo pertenceria. No quilombo Lot. Jaqueira, além do tempo de permanência na comunidade, existe algo que se expressa fortemente, na construção da superioridade de um grupo em relação ao outro: a forma na qual o território foi constituído. Como já citado anteriormente, o território de baixo, formou-se a partir da “distribuição” de terras do fazendeiro aos seus trabalhadores como forma de pagamento, o território de cima, seu povoamento resulta do processo de ocupação. Algo visível, denunciado constantemente, nas falas, comportamentos dos moradores do território de baixo e

pessoas externas a comunidade. O processo de ocupação, muito criminalizado socialmente, legitima uma ideia de irregularidade e não pertencimento, assim sendo, para os estabelecidos, moradores do território fonte da prata, os moradores do território de cima, não são “donos” legítimos da sua terra, não tem um passado comum, como eles. Portanto, são “intrusos”, ameaçadores do estilo de vida já estabelecido e não pertencem ao território que não vos pertencem.

Esse distanciamento, atualmente, ainda se faz presente na comunidade, porém, observo que um dia já foi mais forte. As parcerias entre os sujeitos são mais frequentes e a distância entre esses, foi mais atenuada, transformações, ocorridas, sobretudo, após a divulgação e conhecimento do título de comunidade quilombola.

Até hoje a gente ver um laço que corre dentro de cada um de nós, a gente se considera família apesar de morar distante ou não. Porque a gente sabe que essa separação é de alguém que de repente mora lá dentro e a gente que mora aqui. Mas acredito que há essa ligação forte de que a gente é um só. A gente não deixa de ter amizade ou estabelecer uma relação com alguém de lá porque a gente é uma comunidade só.

Essa é uma coisa que na verdade ainda a gente vem lutando para quebrar e acredito que a mudança ela só vem a partir do momento que escolhe gerar ela... Então a gente precisa mudar algumas coisas, e melhorar na verdade outras buscando sempre um alcance maior do público para ter essa conscientização que não adianta saber que é só quilombola e não lutar pelos seus direitos. (Matheus, 2020).

Durante a realização da pesquisa de campo com os estudantes quilombolas beneficiários do programa Bolsa Permanência, foi bastante denunciado através das falas, o conhecimento sobre esse distanciamento, principalmente no que se referi o acesso dos moradores do território da “parte de cima” no ensino superior.

Eu penso que a gente aqui por está mais próximo, um ter o contato com o outro, a gente ver as coisas. E também é uma questão do incentivo a violência, ao crime, ao tráfico de drogas. Eu acho que o pessoal lá de cima eles acabam mudando muito o jovem. A forma de agir, de pensar e isso acaba desviando alguns caminhos e se perde o interesse. E o conhecimento também, eu acho que não se tem tanto conhecimento, a gente vive no elo muito fechado ainda em relação a divulgação de editais, Enem em si, tem gente que não sabe nem que tem inserção. Eu acho que essas pessoas também acabam ficando tão fechadas ali no seu mundinho e acha que para você sair você não vai ter apoio, que a universidade não vai te ajudar. (Misma, 2020).

Entretanto foi unânime e voluntário o desejo manifestado pelos jovens entrevistados em contribuir com a quebra desse ciclo de exclusão e distanciamento existente na comunidade. Todos pretendem permanecer na comunidade depois forma-se e contribuir com a comunidade e os jovens residentes no processo de inserção e permanência no ensino superior.

4- Educação Escolar Quilombola

No Brasil Colonial a denominação “Quilombola” era uma designação para sujeitos negros escravizados que resistia e rebelava-se bravamente contra sistema colonial escravista, nele forçosamente inserido. Essas pessoas se refugiavam em locais estratégicos para manterem-se livres. Como afirma Ferreira (2012)

[...] no Brasil colonial a denominação quilombola passou a designar homens e mulheres, africanos e afrodescendentes, que se rebelavam ante a sua situação de escravizados e fugiam das fazendas e de outras unidades de produção, refugiando-se em florestas e regiões de difícil acesso, onde reconstituíam seu modo de viver em liberdade. (FERREIRA, 2012, p. 647).

Ainda segundo o autor “Findo o sistema escravista, o termo quilombola foi passando por releituras e adquirindo outros significados, como o de sujeito de direitos, resultante de conquistas jurídicas do movimento negro perante o Estado brasileiro” (2012). Mesmo após findar-se o sistema escravocrata, essa população teve que conviver com as sofridas marcas e mazelas deixadas pela escravidão.

Embora sem ações, reconhecimento e compromisso para reparar as desigualdades engendradas ao longo desse cruel sistema, o Estado e a sociedade brasileira, encarregou os próprios negros, ex-escravos para que corrigisse o processo de exclusão racial histórico existente, ficando esses “jogados a própria sorte”. Continuou assim o povo negro a vivenciar a exclusão, exploração e marginalização.

Dessa forma, foi através da luta dessa população requisitando demasiadamente, do Estado o reconhecimento de direitos que aos poucos a população negra, quilombola, vem tendo seus direitos assegurados, inclusive o direito a educação. Sobre esse processo é afirmado que

Com o fim do sistema escravocrata, o primeiro retorno do termo quilombolas ao discurso oficial do Estado brasileiro ocorreu durante o processo constituinte de 1988. [...] Essa conquista constitucional que reconhece parte da população negra brasileira como sujeito de direitos foi consolidada no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que assim determina: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos específicos” (FERREIRA, 2012, p. 649 e 650).

O decreto Presidencial nº 4.887/2003, classificou como remanescentes das comunidades quilombolas, “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Brasil, 2003)

O decreto Presidencial nº 4.887 aprovado em 2003 traz a classificação de quilombolas como étnico-raciais, estipulando atribuições individuais, levando em consideração a história, o território, ancestralidade com a resistência á opressão historicamente acarretada aos nossos corpos (Brasil, 2003). Simone (FERREIRA, 2012, p.651) diz que vai muito além de características coloniais de “negros fugidos” e “[...] das determinações jurídicas do Estado brasileiro, a identidade quilombola caminha na desconstrução da inferioridade que foi ideologicamente atribuída pelo sistema colonial a todos e quaisquer elementos da negritude”.

Cabe pontuar que, a terminologia resistência presente em documentos jurídicos e/ou estatal é um avanço no processo de (re) conhecimento da não passividade e não naturalidade da população negra ao sistema escravista.

A educação escolar ocupa importante espaço no processo de desenvolvimento e sociabilidade dos sujeitos e por muito tempo essa formação produziu e reproduziu um lugar para a população negra na história da sociedade brasileira. Uma falsa afirmativa que esses eram escravizados por não apresentarem resistência, contrário dos indígenas e por melhor se adaptar ao trabalho escravo segundo a ótica dos brancos europeus. Essa versão alimentava a estrutura e estereótipos racistas, fortalecendo e sustentando a

prática do racismo na escola, fazendo com que nós negros, negasse nossa identidade, cultura e passado. Sobre essa falsa ideia de passividade, Santos (2012) menciona:

Essa versão alimentava, no cotidiano escolar, a reprodução de estereótipos pejorativos nos educandos negros e contribuía para a sustentação do racismo na escola. Além disso, a menção à quilombagem, não raro, remetia apenas ao Quilombo dos Palmares, como se ele fosse o único (e exceção) em toda a formação escravocrata. (Santos, 2012, p. 654).

Isso não foi superado totalmente, mas foi por intermédio da luta e através da própria educação, inserindo negros nas escolas e universidades que estamos avançando nesse processo. Estamos escrevendo nossa própria história.

Dai a importância da luta pela educação do campo e para o campo, uma educação que considere e visualize toda riqueza e especificidade desse povo e dos sujeitos que no campo habita. Uma educação antirracista capaz de romper com a segregação de base racial, confrontando a ideologias de inferioridade da população negra em relação aos brancos, que rompa com o processo do branqueamento da população. Compete a essa educação antagônica formar sujeitos conscientes da real trajetória de resistência do seu povo, permitindo uma releitura da história. Como afirma Santos (2012),

Os processos de reconfiguração identitária quilombola compreendem a reprodução das formas de existência, a transmissão de patrimônio cultural, a valorização da origem comum e dos laços sanguíneos, entre outros, de maneira que o grupo reconstitui e mantém sua memória do passado para (re)elaborar sua existência étnica no presente. (SANTOS 2012, p. 656).

Neste processo não se nega o racismo estrutural nem mesmo a exclusão que o mesmo provocou e têm provocado, mas que em um movimento de avanço e superação seja requisitado do Estado e da sociedade brasileira políticas públicas de reparação histórica que permitam o avanço da igualdade racial na sociedade.

Nesse contexto de luta, resistência e requisição de direito educacional é imprescindível destacar a importância do PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que assume uma parte significativa da luta dos sujeitos organizados do meio rural para construção da Educação do Campo. Processo que foi iniciado em 1998 e garantiu muitas conquistas a população campesina.

4.1- Ensino superior brasileiro de “cara nova”: as contribuições e importância das políticas educacionais para sua expansão.

Como aqui já discutido anteriormente, o acesso à educação na história da sociedade brasileira se deu de forma desigual e excludente. Essa desigualdade foi sendo sustentada durante todo processo de desenvolvimento do país, sendo expressivamente sentida e vista na atualidade, apesar dos avanços alcançados na luta pela universalidade do direito a educação.

Esse processo histórico de negação do ensino para muitos e ofertado como privilégio para poucos se intensifica ainda mais quando nos referimos ao ensino superior. Foi, entretanto, a partir de algumas reformas governamentais ocorridas no campo das políticas de expansão do ensino superior que as portas de entrada para graduação se estenderam, através da instauração das políticas de acesso e permanência a este nível de ensino, salienta-se que esses ganhos são frutos da luta travada por sujeitos coletivos de direitos, que no processo de resistência e luta, requisitam do Estado que legitime e efetive seus direitos a educação, conforme aponta Tafarel e Molina (2012)

Em cada período histórico, portanto, o rumo dos assuntos de interesse público é definido pela correlação de forças existente. Desta correlação resultam projetos, programas, decretos e leis que configuram a política de Estado e/ou de governos.

Os referidos autores afirmam ainda, que são de duas naturezas as leis definidas e instauradas nos aparatos legais próprios de cada modo de produção, sendo essas, políticas de Estado e/ou políticas de governo.

Leis que se pendura ao longo de vários governos dizem respeito à política de Estado, já as leis que penduram apenas um ou dois mandatos de governos, sendo revogadas, ou interrompidas, diz respeito às políticas de governo.

Entretanto se observa que as políticas e/ou leis governamentais existentes e instauradas no sistema capitalista, sobretudo na era neoliberal, carregam características de serem transitórias e frágeis. Essas, não visam à superação da situação de pobreza, desigualdade e /ou exclusão, traços inerentes do sistema capitalista, a superação dessas características, significariam a inexistência deste sistema. Sendo assim, as ações do

Estado burguês capitalista serão sempre compensatórias e de alívio das expressões da questão social e não são direcionadas para transformação social,

Essa é uma das características da política governamental no capitalismo: ela não perdura o suficiente para garantir o ponto de reversibilidade, ou seja, o ponto em que o avanço não permite mais o retrocesso, com o que se superaria o estágio inferior e se atingiria um patamar superior da política. São estes os traços básicos da política compensatória, focal própria do neoliberalismo para aliviar a pobreza e jamais para superar o modo de produção capitalista, que tem na propriedade privada, no Estado burguês e nos valores individualistas e egoístas da família burguesa seus pilares centrais de sustentação. (Tafarel e Molina, p.572 e 573).

Entretanto, é inegável a importância dessas políticas na vida dos sujeitos os quais as acessam, sendo essas políticas conquistadas, sobretudo, por meio da luta coletiva travada constantemente pelos movimentos sociais frente ao Estado. É importante entendermos e identificarmos suas características e traços, mas é ainda mais importante e necessário lutarmos continuamente por elas, pois é por intermédio do movimento que as transformações ocorrem.

Como aqui já pontuado, as políticas públicas, a citar a educacional, são engendradas, em um campo de disputa e correlação de forças existentes, sobretudo entre os movimentos coletivos/ sociais e o Estado. Este movimento não será homogêneo nem idêntico em todos os períodos e tempo, este irá ganhar características, formatos e ocorrências distintas conformem atributos dos seus principais atores, governo (Estado) e movimentos sociais (Sociedade), segundo (SECCHI,2013) “[...] atores são aqueles indivíduos, grupos ou organização que desempenham um papel na arena política. São eles que estudam e elaboram propostas, tomam decisões e fazem que intenções sejam convertidas em ações”.

Os ganhos e negociações que se desdobram a partir da arena de disputa, dependerão muito da relação estabelecida entre os atores envolvidos, possibilidades existentes para disputar, o que penderá muito do direcionamento e posicionamento político do governo que está a ocupar o comitê do Estado, sobre esse processo pontua Lascoumes (2012)

A arena pode ser definida como espaço de confrontação do conjunto de posições divergentes sobre o desafio. Elas provêm, principalmente, de diferentes grupos, de posicionamentos técnicos e de posições políticas. (LASCOUMES, Pierre, 2012, p.151).

Partindo deste pressuposto, é inegável a expressiva contribuição das políticas educacionais para ensino superior durante os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010).

Dentre os principais compromissos de campanha do então candidato Lula estava priorizar o modelo universitário público por contemplar os princípios fundamentais da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A ação estatal caminhou neste sentido por meio da criação de novas universidades federais e da construção de novos *campi* nas já existentes. O Programa de Expansão Fase I realizou concursos públicos para provimento de 7.668 vagas para docentes e 4.717 para técnicos administrativos. A política de incremento de vagas tomou novo formato durante a segunda gestão de Lula sob a batuta do Ministro Fernando Haddad, impulsionada pelo crescimento econômico e pela maior disponibilidade de recursos da União direcionada à recuperação das verbas de custeio, pessoal e investimentos. (Carvalho, p. 220, 2014).

As ações implantadas durante gestão do presidente Lula, caminhou para o fortalecimento das já existentes instituições públicas de ensino superior, assim como sua expansão, investindo na sua interiorização o que rendeu ligeira queda nas desigualdades regionais.

A política educacional de expansão da oferta, por sua vez, expressou-se na direção do incremento das matrículas nos cursos noturnos. A iniciativa fez parte do documento de campanha, no qual o governo Lula, embora se preocupasse com a ociosidade existente no segmento federal, entendia que o acréscimo de vagas noturnas nas IFES era a medida mais adequada de acesso e de permanência no nível superior, sobretudo, do aluno trabalhador. Este instrumento compôs uma das dimensões do Reuni, a fim de reduzir a taxa de evasão, ocupar vagas ociosas e aumentar as vagas de ingresso. (Carvalho, p. 223, 2014).

Esse mais novo perfil de ingressos, universitários trabalhadores e/ou membros da classe trabalhadora, requisitou do governo, formulação de ações que fossem capazes de garantir a permanência desses sujeitos no ensino superior. O que foi trabalhada com a promoção efetiva de políticas estudantis. Como afirma Carvalho (2014)

Torna-se necessário dar condições de permanência à população estudantil, sobretudo, aquela proveniente das camadas sociais mais pobres. Os instrumentos para viabilizar essa empreitada são: a assistência estudantil ao segmento federal e a concessão de bolsas de estudos e de crédito educativo aos alunos matriculados em instituições particulares. (Carvalho, p 235, 2014).

Considerando a discrepância no acesso a educação superior entre brancos e negros, decorrente da histórica desigualdade racial existente no país, implantou-se ainda, as denominadas políticas afirmativas.

A seguir pontuam-se algumas das ações formuladas e /ou aperfeiçoadas durante o governo do presidente Lula que objetivava a expansão do acesso ao ensino superior e a garantia de permanência das camadas mais vulneráveis a este nível de ensino.

Uma dessas grandes conquistas que alcança e vem contribuindo com o processo de democratização do ensino, sobretudo, do ensino superior foi o Sistema de Cota, apesar dos vários questionamentos feitos, se as cotas eram ou não legítimas, o Governo Federal Brasileiro sancionou sob a lei número 12.711¹⁴, de 29 de Agosto de 2012, a lei de cotas para o ensino superior. A mesma dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. A Lei dispõe que as Instituições de Ensino Federal de nível superior e as Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas. Além da questão econômica, adota-se neste sistema a questão étnico racial, que tem como objetivo, reparar a desigualdade educacional sofrida pela população negra no processo de “formação” e “desenvolvimento” da sociedade brasileira.

O REUNI- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES são outros destaques do movimento de democratização do ensino superior.

REUNI-O REUNI é uma ação que materializa uma das propostas do Plano de Desenvolvimento da Educação PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. É por intermédio desse que o Ministério de Educação cumpre o papel atribuído ao PNDE que se compromete com provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. O principal objetivo do programa é dotar as Universidades Federais das condições

14- A Portaria Normativa nº 18, de 11 de Outubro de 2012 Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, com cobertura territorial. Defende a autonomia e a diversidade no processo de ensino, não estabelecendo um modelo único padrão de universidade.

O PNAES- É um programa do Governo Federal instituído pelo decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010. O programa tem como objetivo central viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior. Para tanto, o PNAES direciona suas ações aos discentes de baixa renda que estão matriculados em cursos de graduação nessas unidades de ensino e encontra-se em vulnerabilidade social. Sua implantação deve ocorrer de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

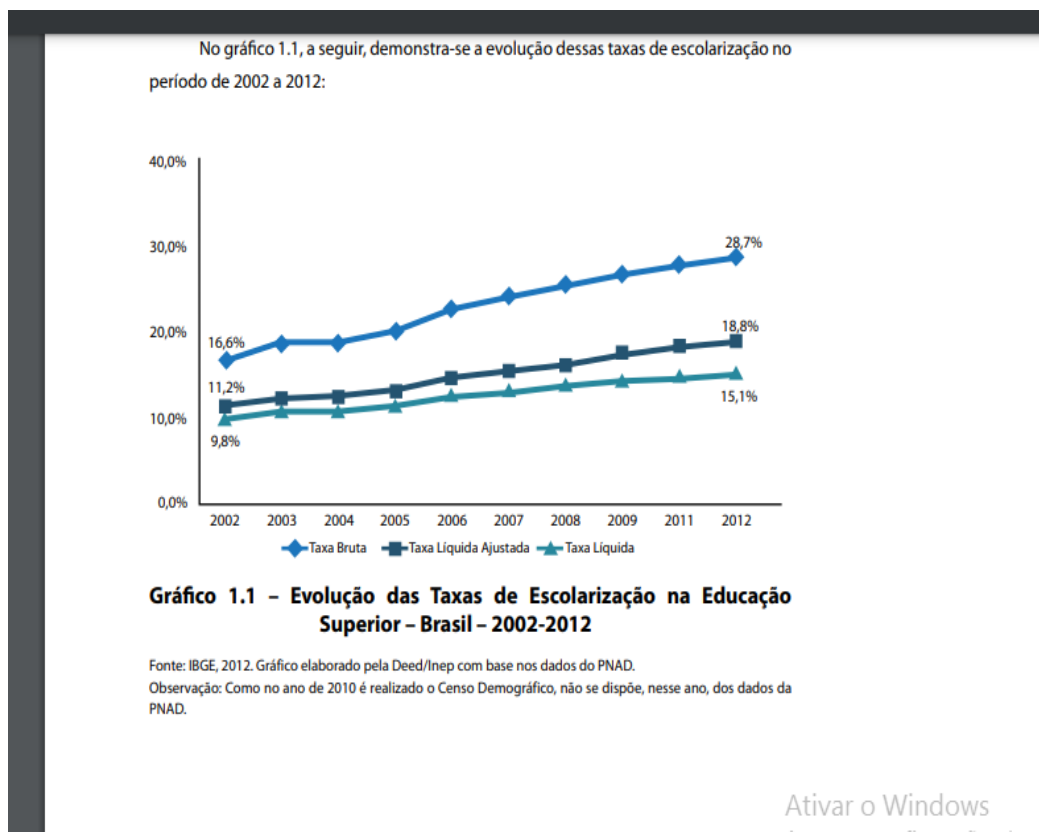
Tabela 1. Percentual do número de vagas oferecidas no vestibular, por categoria administrativa, instituição pública-privada, período de 1992 a 2002.

Educação Superior					
Graduação Presencial					
Distribuição Percentual do Número de Vagas Oferecidas no Vestibular, por Categoria Administrativa - Brasil 1992- 2002					
Ano	Total	Pública	%	Privada	%
1992	534.847	171.048	32,0	363.799	68,0
1994	574.135	177.453	30,9	396.682	69,1
1996	634.236	183.513	28,9	450.723	71,1
1998	776.031	205.725	26,5	570.306	73,5
2000	1.100.224	237.982	21,6	862.242	78,4
2002	1.590.699	263.572	16,6	1.327.127	83,4

Fonte: MEC/INEP/DAES

Os dados presentes na tabela a cima, refere-se aos anos que antecedem os governos Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016), período no qual as ofertas de vagas eram bastante reduzidas, com linha crescente na oferta pelas instituições privadas e redução na percentagem pela rede pública de ensino ao longo desses anos.

Gráfico 2- Evolução das Taxas de Escolarização na Educação Superior- Brasil- 2002-2012.



Em observância aos dados contidos no gráfico, constata-se, que em 2012, ano que se concluiu o período estabelecido para concretização das metas e objetivos do REUNI, o percentual de pessoas frequentando a educação superior representava quase 30% da população brasileira. Pelo gráfico é possível notar que esse crescimento, vem ocorrendo ao longo dos últimos 10 anos, representando um avanço no acesso a este nível de ensino.

Em comparação aos números presentes na tabela 1, a seguinte, mostra o número de vagas ofertadas em 2016, último ano do mandato do governo do PT- Partidos dos Trabalhadores, iniciado em 2003 com o presidente Lula e finalizado em 2016 com a presidenta Dilma, após sofrer o processo de impeachment.

Tabela 2- Números de vagas em cursos de Graduação por modalidade de Ensino, segundo a categoria Administrativa- Brasil-2016.

TABELA 8 Número de Vagas em Cursos de Graduação por Modalidade de Ensino, segundo a Categoria Administrativa – Brasil – 2016

Categoria Administrativa	Total	Vagas	
		Presencial	a Distância
Total	10.662.501	6.180.251	4.482.250
Pública	750.850	700.703	50.147
Federal	453.859	430.746	23.113
Estadual	205.173	188.304	16.869
Municipal	91.818	81.653	10.165
Privada	9.911.651	5.479.548	4.432.103

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Superior.

Ativar o Windows

De acordo com a Tabela 2, em 2016 foram ofertadas 10.662.501 vagas⁵ de graduação, sendo 93,0% (9.911.651) em instituições privadas e 7,0% (750.850) em instituições públicas. É possível observar que, no conjunto das vagas públicas, a maior participação se dá com a categoria federal (60,5%), seguida da estadual (27,3%) e, finalmente, da municipal (12,2%). Observa-se maior oferta pela rede privada de ensino o que demonstra a necessidade em estar lutando e buscando a oferta dessa modalidade de ensino sendo garantida pelo Estado, nas instituições da rede pública, o quantitativo de IES dessa natureza aumentaram consideravelmente nos governos citados, Lula e Dilma, entretanto, ainda há muito que se avançar e conquistar.

4.1.1- Acesso e Permanência de quilombolas no Ensino Superior

As particularidades que desrespeitam o processo histórico de inserção ou não inserção do negro no processo de formação da sociedade brasileira, resultaram em uma grande desigualdade racial “construída” ao longo do desenvolvimento do país. Excluídos e impedidos de participarem de vários aspectos do processo de desenvolvimento, inclusive do processo de escolarização formal, essa população passa a vivenciar a exclusão de forma mais intensificada que outras raças.

Nesse sentido reconhece-se a necessidade de delinearem-se mecanismos que venham contribuir na “reparação” dessas desigualdades raciais que foram construídas ao longo do processo histórico do país. Assim, apresentaremos neste subtópico dois instrumentos das políticas públicas de educação, direcionados a população quilombola, sendo esses: O Processo Seletivo Especial da UFRB- Indígenas e Quilombolas

(Instrumento de inserção) e o Programa Bolsa Permanência- Indígenas e Quilombolas (Instrumento de Permanência).

4.1.2- Processo Seletivo Especial para Indígenas Aldeados ou Moradores das Comunidades Remanescentes dos Quilombos – IA/CQ da UFRB.

O primeiro edital do Processo Seletivo Especial para candidatos Indígenas e Quilombolas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia foi lançado no ano de 2015 o qual ofertava 02 vagas de cada curso de graduação da IES. Deixando esclarecido que a reserva de vagas não alterava o quantitativo de vagas do edital regular.

O primeiro edital integrava 05 laudas e o último lançado até o momento da pesquisa, Abril de 2019, possui 14 laudas. Com a realização da leitura de ambos, foi possível observar que do primeiro para o último, houve maior detalhamento de como cada etapa seria realizada. Estando o último edital mais encorpado.

Após assumirem o compromisso em estar organizando um edital de seleção especial, direcionado, a candidatos indígenas e quilombolas, tanto a UFBA quanto a UFRB, já foram palco de polêmicas que denunciavam fraudes por parte dos candidatos nos processos seletivos. Tais situações requisitam das IES maior solidez nos lançamentos dos editais e cada vez mais estratégias que assegurem a eficácia e credibilidade do processo, em contrapartida, esses ficam cada vez mais burocráticos e detalhistas. Entretanto, esse processo de burocratização, se faz necessário para que pessoas que não compõem o público alvo dos editais se apropriem desse direito já conquistados pelos Indígenas e Quilombolas.

No que se refere ao quantitativo e distribuição das vagas dos editais, o primeiro lançado em 2015 ofertava 56 vagas, distribuídas igualmente, duas por cada curso de graduação da instituição. O último edital lançado, correspondente a 2019.1; ofertava 41 vagas, variando entre 0, 01 e 02 o quantitativo das vagas conforme o curso de graduação, sendo que nem todos os cursos da IES estão contemplados no edital.

Ambos, ressaltam que as vagas disponibilizadas para este Processo Seletivo Especial não são deduzidas das vagas ofertadas através do SiSU.

4.1.3- O Programa Bolsa Permanência como instrumento de Permanência dos jovens Indígenas e Quilombolas nas Universidades Públicas Federais.

No campo da Permanência a este nível de ensino, destaca-se a importância do Programa Bolsa Permanência, sendo este de grande importância para a população indígena e quilombola.

O Programa Bolsa Permanência é uma ação do governo federal instituído pela portaria Nº 389, de 09 de maio de 2013, criado no âmbito do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Educação, destinado à concessão de bolsas de permanência a estudantes de graduação de instituições federais de ensino superior.

Esse programa visa contribuir na concretude das ações postas pelo PNAES¹⁵ no processo de democratização do ensino superior público. Reconhecendo-se que apesar dos grandes avanços alcançados pelo PNAES o programa não será capaz, sozinho, de atender a todas as demandas por bolsas permanência, visto que suas ações também estão direcionadas a outras áreas que compõem a assistência estudantil como moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso de estudantes com deficiência, não podendo assim, ampliar o número de concessão de bolsas permanência. Visando contribuir com os objetivos traçados pela PNAES é que se instaura o Programa Bolsa Permanencia que tem como objetivo a concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas.

Seu valor, estabelecido pelo Ministério da Educação, é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica atualmente de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Para os estudantes indígenas e quilombolas será garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal.

Estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de licenciaturas interculturais para a formação de professores fazem jus, durante os períodos de atividades pedagógicas formativas na IFES¹⁶, a bolsa de permanência até o limite máximo de seis meses. Uma grande vantagem da Bolsa Permanência concedida

¹⁵ Programa Nacional de Assistência Estudantil.

¹⁶ Instituição Federal de Ensino Superior.

pelo Ministério da Educação é ser acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas.

Os objetivos gerais do programa são:

I – viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas;

II – reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil;

III – promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

O público alvo do Programa Bolsa Permanência (PBP) está em concordância com o mesmo perfil traçado pelo PNAES, entretanto o PBP prioriza os indígenas e quilombolas, que, independente da carga horária dos cursos nos quais estão matriculados, poderão receber o recurso. Assim o público alvo do PBP são estudantes matriculados nas IFES que cumpram as seguintes condições:

I – possuir renda familiar per capita não superior a um salário-mínimo e meio;

II – estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias;

III – não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar;

IV - ter assinado Termo de Compromisso¹⁷ - O termo de compromisso é disponibilizado para o candidato pelo sistema SISBP quando esse solicita o cadastro no sistema. Esse termo deve ser assinado e anexado pelo aluno ao seu cadastro no sistema SISBP.

V – ter seu cadastro devidamente aprovado e mensalmente homologado pela Instituição Federal de Ensino Superior no âmbito do sistema de informação do programa.

Os estudantes indígenas e quilombolas também não precisam comprovar renda para fazer jus ao benefício.¹⁸

A base de funcionamento do Programa de Bolsa Permanência está no cadastro dos beneficiários que é validado pelas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

¹⁷ O referido termo encontra-se disponível no Anexo 01.

¹⁸ Destaque da autora, Brito (2021).

Os estudantes que manifestarem interesse em participar do programa devem como passo inicial realizar seu cadastro no SISBP¹⁹ e preencher devidamente os dados solicitados. A averiguação das informações prestadas pelos estudantes ao SISBP no ato da inscrição é de responsabilidade da instituição de ensino do qual ele faz parte.

A instituição deve verificar a veracidade das informações prestadas pelo estudante, assim como, quando confirmadas, homologar o cadastro do discente, sendo da sua responsabilidade arquivar, pelo período de 05 (cinco) anos, a contar da data de desligamento dos estudantes do programa, os documentos comprobatórios fornecidos pelo estudante na fase de verificação das informações.

Mensalmente as IFES que aderiram ao programa devem homologar o pagamento dos estudantes beneficiados, cadastrar e manter atualizadas as informações dos alunos beneficiários, repassar mensalmente ao MEC os dados relativos aos estudantes que fazem jus às bolsas permanência e quando solicitado encaminhar ao MEC- Ministério da Educação informações referente à frequência e rendimento escolar do estudante. Todo o processo é informatizado, sem grandes burocracias.

Para uma melhor operacionalização do programa obriga-se a IFES designar um Pró-Reitor ou cargo similar, para acompanhar e ser responsável pelo programa no âmbito institucional. Também é de responsabilidade da IFES fazer uma ampla divulgação interna informando aos discentes que é participante do PBP, assim como incentivar aos discentes com perfil para o programa realizarem seu cadastro no sistema.

Por se constituir uma peça importantíssima no processo de desenvolvimento do programa, antes de iniciar esses procedimentos, as IFES devem assinar um Termo de Adesão ao Programa de Bolsa Permanência, disponível no sistema de gestão do programa.

Do ponto de vista organizacional os agentes de implementação do PBP são:

1. Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC);
2. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC);
3. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação;

¹⁹ O Sistema de Gestão da Bolsa Permanência.

4. Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que firmarem Termos de Adesão ao Programa de Bolsa Permanência.

Tendo como órgão responsável para supervisionar o processo de implementação e execução do programa nas Universidades Federais a Secretaria de Educação Superior SESu e, nos Institutos Federais, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SETEC do Ministério da Educação. O órgão responsável pelo pagamento das bolsas é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Para efetivar o pagamento é indispensável que o MEC envie para o mesmo mensalmente por meio do sistema de informação, a solicitação de pagamento do bolsista, em lotes mensais devidamente atestados por certificação digital. As informações passadas pelo MEC ao FNDE correspondem às informações recebidas anteriormente pelas IFES.

Depois da homologação do cadastro no sistema SISBP o estudante aguarda um período de até 30 dias para começar a receber o benefício.

O valor do benefício varia de acordo com o perfil do estudante. Em 2021 o valor pago aos beneficiários não indígenas nem quilombolas corresponde à R\$ 400,00 (quatrocentos reais mensais). Para os estudantes indígenas e quilombolas será garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal. Atualmente o valor pago pelo programa a esse público é 900,00 (Novecentos reais mensais).

Consideram-se comunidades quilombolas aquelas definidas no art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 que diz,

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003).

Segundo informações presentes no Manual Bolsa Permanência (2003) a documentação mínima para comprovação da condição de estudante indígena e quilombola é:

1. Auto declaração do candidato.

2. Declaração de sua respectiva comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por pelo menos 3 (três) lideranças reconhecidas.

3. Declaração da Fundação Nacional do Índio (Funai) que o estudante indígena reside em comunidade indígena ou comprovante de residência em comunidade indígena; e

4. Declaração da Fundação Cultural Palmares que o estudante quilombola reside em comunidade remanescente de quilombo ou comprovante de residência em comunidade quilombola.

Outras documentações adicionais podem ser solicitadas pela IFES. Não podendo ser obrigatório para a concessão do benefício a instituição exigir do estudante indígena ou quilombola que esses possuam renda familiar per capita não superior a 1,5 (um e meio) salário mínimo e/ou que estejam matriculados em cursos de graduação com carga horária exigida pelo programa. Essas exigências não se aplicam a esse público. Segundo informações publicadas no site da UFRB o orçamento do Bolsa Permanência para o ano de 2019 foi de R\$ 194 milhões, 7,5% maior do que o do ano anterior — R\$ 179,5 milhões. A execução orçamentária foi de R\$ 55,5 milhões, até maio, com 18.149 estudantes beneficiários. Em 2018, foram ofertadas 800 bolsas.

As inscrições são realizadas em dois períodos ao ano, no primeiro e segundo semestre, anterior ao ofício circular nº 29 enviado pelo MEC as IFES no ano de 2016 as inscrições eram realizadas mensalmente.

Uma fragilidade identificada ainda durante estudo do manual do Programa Bolsa Permanência é que este trata a permanência estudantil sob a lógica exclusivamente material, através do repasse financeiro do valor estabelecido, não possui nenhuma estratégia para fortalecer a identidade quilombola e os quilombolas nos ambientes acadêmicos, não abrange a permanência simbólica dos seus beneficiários. Entretanto é inegável sua grande contribuição no processo de permanência dos estudantes quilombolas no ensino superior.

5- PESQUISA DE CAMPO

O conteúdo que será tratado nesse tópico foi construído com a grande contribuição das informações prestadas durante a execução das entrevistas realizadas com os 06 estudantes quilombolas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, beneficiários do Programa Bolsa Permanência residente da Comunidade Loteamento Jaqueira. A escolha desses beneficiários se deve ao fato de serem os únicos estudantes que contemplam o recorte adotado nessa pesquisa: estudantes da UFRB residentes na comunidade da Jaqueira beneficiários do programa Bolsa Permanência.

Como aqui já mencionado, inicialmente, além da entrevista semiestruturada individual, o grupo focal esteve entre o rol de instrumentos que seria adotado nessa pesquisa, a fim de oportunizar um diálogo e reflexão coletiva, sobre as vivências acadêmicas dos sujeitos pesquisados, entretanto, devido contexto pandêmico, ocasionado pelo Coronavírus, que proibia todo e qualquer tipo de aglomeração o instrumento foi desconsiderado, obedecendo às normas vigentes estabelecidas pelos órgãos de saúde. Dessa forma, a estrutura formulada para realização das entrevistas, buscou apreender diversos processos da trajetória individual e coletiva dos entrevistados, sendo dividida em blocos, da seguinte forma:

Bloco de Informações Pessoais;

Bloco sobre composição familiar;

Bloco sobre a história do lugar: Quilombo Loteamento Jaqueira;

Bloco Trajetória Estudantil.

Os entrevistados serão identificados nesse trabalho com seus dois (02) últimos sobrenomes. Adotou-se esse formato para identificar os sujeitos da pesquisa, a fim de assegurar suas identidades, ao mesmo tempo em que possam identificar-se e ver-se no trabalho. Os relatos aqui colhidos tratam-se, de vivências particulares e muito íntimas da trajetória de vida estudantil e pessoal de cada um desses.

A partir das falas desses jovens estudantes quilombolas buscou-se apreender sobre suas trajetórias estudantis enquanto sujeitos quilombolas, ainda, identificar como foram inseridos no ensino superior e os impactos do programa Bolsa Permanência na vida acadêmica e pessoal dos quilombolas aqui entrevistados. Essa análise

proporcionará um processo de autoconhecimento pelos entrevistados sobre as suas trajetórias individuais estudantis, assim como, renderá ao campo de pesquisa mais conhecimento referentes às trajetórias estudantis dos sujeitos quilombolas, somando-se a isso o estudo em tela irá identificar quais são os impactos do programa BP na vida estudantil dos seus beneficiários quilombolas, este exercício proporcionará a avaliação e podendo gerar futuros aprimoramentos do programa.

5.1- Identidade Quilombola

Os quilombolas são povos dotados de modo de ser e viver, descendentes de africanos escravizados que nas suas práticas, sobretudo culturais, carregam um grande legado e características dos seus antepassados. Assim, “Quilombolas são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos”, Palmares (2016). O INCRA as define da seguinte forma,

As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. (INCRA, 2016).

Todos os entrevistados são residentes da “parte de baixo” do território, nomeada como Fonte da Prata.

Dos 06 entrevistados, 04 nasceram na comunidade e 02 passaram a nela residir.

Todos se auto-declararam remanescentes quilombolas e expressaram através das falas a compreensão que têm, assim como importância desse seguimento na construção da sociedade brasileira.

Ser quilombola é pertencer a uma comunidade na qual tem todas essas práticas que eu disse. E reconhecer também a trajetória familiar, meus ancestrais, das pessoas que ali viveram que praticavam viver em harmonia com a comunidade, um ajudar o outro, essas coisas. (Menezes Santos, 2020).

Sobre ser quilombola, afirma Jesus Queiroz (2020): “É uma comunidade negra, e também uns dos pontos que eu posso dizer é a proximidade que as pessoas têm com a terra. E também a questão de trabalho e viver do seu próprio cultivo. Viver do que se produz da terra, do que se planta, do que se pesca, entre isso”.

Percebe-se nessas falas forte sentimento de pertencimento, assim como, compreensão da organização coletividade das comunidades quilombolas, respeito e

importância ao legado, material e simbólico herdado dos seus ancestrais. O que se legitima na fala do entrevistado Queiroz Silva (2020) *“Ser quilombola para mim é carregar um legado de usos e costumes. Eu não pesco por esporte, pesco porque eu amo pescar e as pessoas que inseriram isso no meu dia a dia fazem parte desse público quilombola”*.

5.2- Perfil dos Entrevistados

Esse subtópico apresentará informações sobre os sujeitos da pesquisa, o que proporciona, maior aproximação da realidade vivenciada por esses.

Tabela 3- Informações referentes ao Perfil dos Entrevistados.

Nome	Sexo	Idade	Cor Declarada	Estado Civil
1-Souza Queiroz	Masculino	32 anos	Preta	Casado
2-Conceição de Jesus	Masculino	23 anos	Preta	Solteiro
3-Ferreira dos Santos	Feminino	24 anos	Preta	Casada
4-Queiroz Silva	Masculino	24 anos	Preta	Casado
5-Menezes Santos	Feminino	20 anos	Parda	Solteiro
6-Jesus Queiroz	Feminino	25 anos	Preta	Solteira

Conforme apresentado na tabela, dos entrevistados, três (03) são do sexo Feminino e três (03) do sexo Masculino, a faixa etária desses variam de 20 a 32 anos.

No que se refere ao perfil dos pais ou responsáveis dos entrevistados, 50% dos seus genitores exercem a atividade pesqueira e/ou agricultura, tendo-a como principal fonte de renda. Os 50% restantes ocupam atualmente as respectivas funções: Operador de máquina, desempregado e funcionário público municipal. Desses, 66,6% frequentaram a escola até a 4^o série, atual fundamental I e 33,3% finalizou o ensino médio na idade adulta.

Das genitoras, 83,3% exercem a atividade de marisqueira ou agricultora, 66,6% concluíram o ensino médio, algumas delas após a idade adulta; somente 01 não acessou este nível de ensino, tendo que parar os estudos no último ano do fundamental I. Nenhum dos genitores e/ou responsáveis acessou o ensino superior. Observa-se que apesar de vivenciarem o mesmo contexto, sujeitos do campo, com pouco ou nenhum

acesso as políticas públicas, membros de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, as genitoras dos entrevistados acessaram ao nível “mais avançado” de ensino, ou seja, tiveram possibilidades em permanecer por mais tempo nos espaços escolares. Em uma sociedade machista, classista e patriarcal, a construção cultural do gênero, impõe que homens e mulheres sejam enquadrados a ocuparem lugares, espaços e exercerem papéis que são estabelecidas sob os ideais e lógicas sociais vigentes, neste sentido, historicamente na sociedade capitalista ao homem se destinam os espaços públicos de trabalho.

O homem foi então concebido como o motor do equipamento da família, aquele que recebe o maquinário produtivo da mudança do Estado. Ele se torna o trabalhador forte e capaz que leva dinheiro para casa, o pai provedor que fornece à sua família o que eles precisam para viver.[...] É assim que os privilégios das elites dominantes são justificados[...] junto com isso, o homem pobre é responsabilizado por sua situação social e apresentado como estúpido e ignorante se não prosperar, ou preguiçoso e parasita se não trabalhar, gerando um imaginário de humilhação e vergonha para o homem desempregado que não contribuir para o sistema produtivo capitalista (BROSSA, 2018).

Essa lógica é reproduzida também no campo, intensificada pela situação de vulnerabilidade social vivenciada pelas famílias, ao filho homem cabe ao trabalho externo, à responsabilidade em contribuir com o sustento da família, isso é *honroso*, a filha mulher as *tarefas domésticas* e maior possibilidade do acesso ao ensino, quando ofertado.

Buscando compreender como foi desenhada a trajetória estudantil dos entrevistados, a pesquisa buscou sobre os caminhos já percorridos e as influências que eles receberam ao longo da trajetória escolar.

5.3- Trajetória Estudantil - Educação Básica

Dos seis entrevistados, 05 cursaram integralmente o ensino fundamental I, II e ensino médio em escolas públicas, e ingressaram na universidade pelo sistema de cota, apenas 01 entrevistada acessou a rede particular de ensino quando cursou as séries iniciais, ensino fundamental I e II, tendo frequentado o ensino médio na rede pública de ensino. Todos tiveram acesso aos espaços escolares assegurados pela família, mesmo com as dificuldades socioeconômicas vivenciadas por algumas delas. Um dos seis entrevistados relatou que durante o ensino médio precisou residir fora da família com outras pessoas, na zona urbana, para conseguir concluir o ensino médio, tendo que

trabalhar durante o dia e estudar a noite. Dos 04 nascidos na comunidade, todos precisaram se deslocar para a zona urbana para cursar o ensino fundamental I, II e ensino médio, pois na comunidade apenas era ofertado o series iniciais e ensino fundamental I, quando a escola estava em funcionamento. Atualmente, possui na comunidade uma única escola que oferta as séries iniciais e funcionam os dois turnos, manhã e tarde.

Dos seis entrevistados, quatro cursaram o ensino médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO) e dois em instituições estaduais de ensino no Colégio Estadual de Valença (COESVA), tendo um deles, cursado após ensino médio, o curso técnico em agropecuária no IFBAIANO.

Quando questionados sobre os fatores que os influenciaram frequentarem a rede de ensino federal, ainda no ensino médio, esses relatam ter recebido influência de familiares, das trajetórias já percorridas e da divulgação realizada pela própria instituição sobre sua qualidade de ensino.

Só que aqui na nossa cidade nós temos um grande benefício de ter dois colégios de cunho Federal que oportuniza ter cursos técnicos, principalmente o Instituto Federal Baiano. E também já tinha ouvido no antigo colégio, no colégio estadual alguns alunos iam e faziam a divulgação. “oh vai começar a prova do Instituto Federal Baiano e é fundamental para vocês que estão saindo tanto da rede pública e até outros da rede particular que entram”, é um ensino de qualidade bem diferente do Estadual, não desmerecendo, mas que oportuniza você ter um ensino médio de qualidade, mas também o ensino técnico que praticamente é um ensino profissionalizante. O outro é o IFBA (Instituto Federam da Bahia), que oportuniza também ter cursos técnicos voltados mais para áreas da informática, turismo e aqüicultura. Só que no meu ver eu gostava mais da agricultura, sei lá, eu me identificava mais pela convivência de pais, avos. Aí foquei mais nessa área, fiz a prova, passei na primeira chamada, e comecei a fazer. (Conceição de Jesus, 2020).

Os entrevistados que cursaram o ensino médio nos Institutos Federais IFBAIANO, afirmaram grande influência que as instituições tiveram na vida acadêmica de cada um, contribuindo com o processo de amadurecimento profissional impulsionando-os a tentarem novos rumos educacionais. Como afirma Ferreira dos Santos (2020)

É que eu só pensava em formar e me inserir no mercado de trabalho. Não pensava assim em fazer uma faculdade. A partir do momento que comecei a pensar foi quando eu ingressei no Ifbaiano, que eu tive uma visão totalmente diferente dos estudos do que eu poderia fazer após a conclusão do ensino médio.

O entrevistado Conceição de Jesus (2020) também ressalta as contribuições que o IFBAINO desempenhou na sua vida estudantil,

Realmente a visão que se tem lá é outra, os professores qualificados, formados na área e desde o primeiro ano ao terceiro você já tem um panorama de visão de mundo, nessa hora que o jovem já começa a pensar diferente, e alguns quando vem meio assim quero o melhor, os professores já dão um norte “oh foca nisso que você tem capacidade para isso”. Aí já te prepara pra o que vem.

O ensino médio é um importante nível de ensino sendo esse a etapa final da educação básica. A lei LDB 3.934 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) define essa modalidade de ensino como:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Através dos relatos, observou-se o quanto a instituição de ensino IFBAINO desempenhou e desempenha importantíssimo papel na caminhada estudantil dos jovens que lá estudaram e/ou estudam, ampliando as possibilidades de trajetórias, modificando rotas, que transformam vidas.

É no final dessa modalidade de ensino que os jovens traçam novos planos, rotas e sonhos. Os passos que darão após concluírem o ensino médio serão resultados de múltiplas determinações, como a condição socioeconômica desses, influências de familiares ou responsáveis, e apreensão do que cada um considera importante dentro desse contexto segundo as referências obtidas durante seu processo de desenvolvimento pessoal.

5.4- Trajetória Estudantil- Ensino Superior

Dos entrevistados, apenas 02 sempre almejavam adentrar na universidade, 04 não pensava em cursar o ensino superior ou consideravam não possível/ acessível, recebendo incentivo e influência para acesso, de familiares, ingressantes da comunidade e /ou professores, esse último influenciador, sendo apontado por entrevistados que frequentaram o IFBAIANO.

Como eu falei antes, eu nunca tinha pensado assim na possibilidade de eu fazer uma universidade e ingressar no ensino superior. Porque de qualquer maneira a gente se confronta todos os dias por uma realidade que infelizmente não permite que a gente sonhe até chegar esse ponto. No meu ensino fundamental também quando criança foi muito fraco, tipo, a gente querendo ou não carregava aquele conto que a universidade era algo muito difícil, muito longe de ser alcançado e só entrava mesmo quem tinha base muito boa, quem tinha dinheiro e essas coisas querendo ou não acaba criando uma barreira na gente. Eu acabei até no meu ensino médio mesmo sofrendo um pouco por conta dessas conseqüências, apesar de eu está no ensino médio como técnico e sendo capacitado plenamente para entrar numa universidade na minha mente querendo ou não ainda se prendia “será que eu vou conseguir mesmo?”, por conta desse histórico que eu trazia desde a infância na minha comunidade. (Queiroz Silva, 2020).

Dos 06 entrevistados 05 estão matriculados em cursos da área de ciência agrárias/ biológicas e 01 em curso da área da ciência humanas. A discente que atualmente está cursando Serviço Social ingressou na universidade no curso de Engenharia Ambiental, migrando posteriormente para o curso atual.

Tabela 04: Cursos e Semestre dos Entrevistados

ENTREVISTADO (A)	SEMESTRE	CURSO
Souza Queiroz	11°	Engenharia Florestal
Conceição de Jesus	10°	Agronomia
Ferreira dos Santos	10°	Zootecnia
Queiroz Silva	8°	Engenharia Florestal
Menezes Santos	1°	Agronomia
Jesus Queiroz	5°	Serviço Social

--	--	--

Tabela 04: Informações referentes aos Cursos e Semestre dos entrevistados.

Fonte: Silva (2020).

Quando questionados sobre os critérios e influências que os levaram a optarem e escolherem tais cursos, os argumentos dados como respostas são bastante similares. Os entrevistados que estudaram no IFBAINO²⁰ alegaram que o ingresso nesta instituição, ainda no ensino médio, influenciou na escolha do curso, pois está oferta o ensino médio integrado a um curso técnico, no caso dos entrevistados egressos da instituição, todos cursaram o técnico em Agropecuária. Mas expressivamente, nos relatos, o fator influenciador para a escolha do curso, se deve as suas vivências e trajetórias familiares. Como argumenta o entrevistado Queiroz Silva (2020)

Eu continuei na área de plantação que é uma coisa que eu sempre gostei por conta da comunidade. Eu plantava do lado da minha casa, no fundo do quintal. Só que eu não segui o rumo da agronomia, fui para engenharia florestal que é plantação de espécies nativas e exóticas.

Sobre esse processo da escolha do curso, Brito de Souza (2020) relata “*Por ter pais agricultores, ter feito o curso técnico em agropecuária e gosta muito das florestas, escolhi o curso de Engenharia Florestal*”.

Esses foram os fatores que influenciaram nas escolhas dos cursos dos beneficiários aqui entrevistados: Aproximação com a área dos cursos e Influência da Instituição que cursaram o ensino médio.

Todos entrevistados consideram o ingresso na faculdade como um passo muito importante para vida das pessoas, realçando as possibilidades que o acesso ao ensino superior renderá futuramente, tais como, maior chance de empregabilidade, apreensão de novos conhecimentos, retornos individuais e coletivos.

Percebe-se que apesar das particularidades que cada sujeito aqui entrevistado possui no processo de desenvolvimento estudantil, esses jovens quilombolas têm muitos pontos em comum referentes aos seus processos de escolarização. São estudantes oriundos da rede pública de ensino, pertencentes às famílias de segmentos sociais

²⁰Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.

poucos favorecidos economicamente, que carregam nos tempos presentes muitas marcas das desigualdades construídas no passado.

Todos se auto-declararam como pardos ou pretos e quilombolas. Vieram de famílias pobres, com pais e responsáveis que nunca frequentaram o ensino superior, mas que apesar desse distanciamento com esse nível de ensino, sempre foram incentivadores dos filhos, enxergavam o ingresso nessa modalidade de ensino como uma chance da quebra do ciclo intergeracional da pobreza e da exclusão escolar e social que sofreram.

O ingresso de alguns nas instituições IFBAINO e IFBA contribuiu no processo de amadurecimento pessoal e profissional, assim como incentivou esses jovens a almejem níveis mais elevados de ensino e maior aprimoramento profissional.

5.5- A chegada da Bolsa Permanência e seus Impactos

Após 02 anos matriculada em curso de graduação na instituição de ensino UFRB, tive conhecimento sobre a existência do Bolsa Permanência, por intermédio de alguns alunos da instituição já beneficiários. Neste período, apenas 03 pessoas da comunidade estavam inseridas no ensino superior, a pesquisadora deste trabalho, mais uma aluna da UFRB e 01 da UFBA. Buscamos mais informações sobre o programa junto aos gestores e membros do movimento estudantil da instituição e conseguimos nos vincular a ele, ano de 2014. Após nossa vinculação ao programa, a comunidade toma conhecimento da existência do benefício e as possibilidades para cursar o ensino superior em um curso desejado, ofertado em outra cidade ou até mesmo estado se alargam. Nos anos seguintes, outros moradores adentram a universidade e ainda no primeiro semestre são vinculados ao Programa Bolsa Permanência. .

Todos os entrevistados ressaltaram a contribuição do programa para sua permanência na universidade, destacando ser quase impossível continuar sem o auxílio, devida condição socioeconômica das famílias, que não teriam como suprir suas despesas em outra cidade, enquanto estudam. Como ressaltava Jesus Queiroz (2020)

Sim, pois sem esse auxílio eu não conseguiria me manter em outra cidade que não é da minha residência. Então esse auxílio ajuda custear os meus estudos que apesar de ser uma Universidade pública tem os seus gastos, como moradia, alimentação, necessidades básicas que eu necessito, e eu suprimo minhas necessidades com esse auxílio.

Através dos relatos acessados durante realização das entrevistas, constatou-se que alguns casos, além de contribuir com a permanência dos seus beneficiários na universidade, o valor recebido, também contemplam a família desses estudantes. Como explica Conceição de Jesus (2020)

É fundamental porque sem essa bolsa a gente não conseguiria praticamente formar ou ter algum subsídio de sobrevivência na universidade até porque hoje com os programas da própria universidade como a bolsa, somos poucos e restritos, ainda mais nos últimos governos cortaram bastante. Então podemos ver já um déficit na faculdade de pessoas que ingressam e desistem por falta de subsídio e essa bolsa é fundamental. Fundamental tanto para nossa permanência como manutenção da nossa família que a gente ajuda um pouco.

Os entrevistados afirmam que é com o valor repassado pelo programa mensalmente que esses conseguem manter-se na universidade. Pois todos precisaram deslocar-se da comunidade para outra cidade em decorrência do ingresso no ensino superior. É com o valor recebido que eles pagam aluguel, conta de luz, internet e compram alimentos. Alguns deles, ainda, confirmam que ajudam a família com o benefício. Afirmando que sem esse, a permanência na graduação seria impossível, visto que seus familiares não dispõem de recursos financeiros suficientes para os manterem na universidade.

No que se concerne ao desempenho acadêmico desses beneficiários, indagou-se, sendo o Bolsa permanência um programa de cunho exclusivamente financeiro, se este exercia alguma influência nos seus desenvolvimentos acadêmicos, todos afirmaram que sim, que mesmo se tratando de um programa de repasse financeiro, este consegue impactar positivamente nos seus desenvolvimento e rendimentos acadêmicos. Como afirma Ferreira dos Santos (2020)

Porque primeiro sem essa renda e com as preocupações diárias a gente não consegue se desenvolver lá dentro, a preocupação tira nosso foco totalmente daquilo que devemos exercer durante o semestre. Então ela já ajuda também em questão de materiais, tem disciplina que às vezes precisamos desembolsar um valor para adquirir aquele material porque o governo não disponibiliza. Tipo eu tenho disciplina de desenho técnico que precisa comprar caderno, réguas, escalímetro, os materiais caros, então a bolsa já ajuda.

O valor recebido proporciona a esses beneficiários o acesso a materiais acadêmicos, vestuários exigidos em alguns cursos e/ou disciplina, melhor comodidade para suprir suas necessidades alimentares o que alargam o tempo para dedicar-se aos estudos e, sobretudo alivia as tensões e preocupações com os gastos financeiros que precisam ser supridos mensalmente, ocasionados, pela mudança de cidade, esse conjunto de benefícios, proporcionam condições mais favoráveis para realização das práticas acadêmicas. Pois, tendo os estudantes beneficiários suas necessidades básicas supridas com o valor recebido mensalmente, não exercem nenhuma outra atividade para cobrir seus gastos podendo se dedicar exclusivamente aos estudos. Como afirma Queiroz Silva (2020) *“Não resolve a vida completamente, mas dar uma estabilidade para que o estudante ele tenha mais tempo não para se preocupar com essas coisas, mas para estudar que é o que ela deve fazer enquanto universitário”*.

Das lacunas e fragilidades do programa Bolsa permanência apontadas pelos beneficiários da pesquisa:

- ✓ Estratégias mais efetivas para fiscalização, assegurando que seja acessado e usufruído pelo seu público alvo.
- ✓ Pouca divulgação do programa nos campi das universidades.
- ✓ Falta de mecanismo e/ou ação que possa suprir as necessidades do estudante quilombola até que receba a bolsa permanência.
- ✓ Problemas não pontuados, durante a execução das fases que compete à universidade efetivarem.
- ✓ Burocratização no processo de inscrição, extensas exigências no que se referem às documentações exigidas.
- ✓ A inexistência de calendário para pagamento da Bolsa, não há data definida para o repasse ao estudante.
- ✓ Há necessidade de homologação da bolsa por parte das IES mensalmente, o que ocasiona insegurança do recebimento por parte dos beneficiários.
- ✓ Ausência de ações que assegure aos beneficiários rendimentos acadêmicos satisfatórios, levando-se em consideração todo

histórico da trajetória estudantil desses alunos, que na sua grande maioria, são oriundos de escolas públicas, que por deficiência do sistema, a ofertado do ensino muitas das vezes é fragilizada.

Todos consideram importantes e justos o valor diferenciado repassado pelo governo aos estudantes quilombolas, demonstrando através das suas falas e relatos, ter compreensão que esse ato se referiu a uma ação de reparação histórica, devido a não inclusão da população negra aos espaços de escolarização formal durante longas décadas do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. O que fica afirmado na fala de Queiroz Silva (2020)

Eu acho importante e justo. Não que a gente seja melhor que ninguém, mas acredito que é justo porque a gente sabe que o preconceito ele existe, a gente fala “ah, todo mundo é igual dentro da universidade”, mas a gente sabe que não, a realidade dentro de casa que um vive é diferente da outra. A bagagem trazida até ali também influencia muito. Então acredito que não se trata nem de valor em si, mas do direito.

Ainda sobre o governo direcionar uma bolsa financeira com valor diferenciado para quilombolas, Brito Souza (2020) aponta a seguinte compreensão

Excepcional e justo, vivemos em uma sociedade ainda racista e meritocrata e não podemos tratar um jovem que estudou toda sua vida em escolas particulares com os melhores ensinamentos, com um jovem que viveu sua vida estudando em escolas públicas com ensinamentos precários. E a bolsa permanência entra nesse cenário, com o intuito de amenizar as preocupações desses jovens com aluguel, alimentação entre outras fazendo com que ele possa se dedicar totalmente aos estudos.

Os estudantes relatam que alguns deles foram convocados a comparecerem a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis- PROPAAE para diálogo com os técnicos da pasta, quando seus rendimentos estão à baixa da média exigida pela instituição para aprovação e/ou quando esses estão dessemestralizados e/ou “atrasados” no curso. O diálogo tem como objetivo situar o estudante sobre sua condição atual e possíveis consequências relacionadas ao programa, se a situação de “déficit” acadêmico não se modifique, a citar, desligamento do discente no PBP, conforme as condicionalidades, informado no site oficial do /MEC:

É autorizada a suspensão ou cancelamento do pagamento de bolsas ao aluno quando:

- a) Houver a substituição do bolsista ou o cancelamento de sua participação no Programa;
- b) Forem constatadas incorreções nas informações cadastrais do bolsista; e
- c) For constatado desempenho acadêmico inferior ao estabelecido pelo Programa ou acúmulo indevido de benefícios;

O discente deverá ser desvinculado do PBP caso ultrapasse dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar.

Entretanto, nenhum suporte é proposto pela instituição a este publico para superação desta condição, o estudante beneficiário é individualmente responsabilizado por modificar esta realidade, sendo esta, reflexo de um processo de exclusão e desigualdade histórica vivenciada pela população indígena e quilombola na sociedade brasileira.

Percebe-se com isso que o programa e também a instituição entendem e trabalham a permanência desses beneficiários apenas na dimensão material de permanecer, por este conceito, entendem-se ações, programas e projetos que se destinam a suprir as necessidades materiais de subsistência do ser na condição humana, como afirma SANTOS (2009, p.71) “Embora o verbo Permanecer (por intransitivo) não peça um complemento, o ato de permanecer estudando precisa de um complemento material – que pode ser definido nas condições de subsistência”.

Mas para que jovens negros quilombolas e indígenas permaneçam nesse espaço acadêmico além das condições materiais citadas faz-se necessário o estreitamento entre esses com o universo acadêmico, considerando que por muito tempo, essa população desconhecia a possibilidade em adentrar neste espaço, exemplo disso é o fato de alguns muitos desses beneficiários estarem sendo os primeiros universitários da família, sendo possível afirmar, que este lugar ainda é distante e incomum para este público. Por essa dimensão, denominamos permanência simbólica, SANTOS (2009, p. 73 e 74) pontua que “Os estudantes das classes populares que adentram a universidade, em geral fazem de forma pioneira e os primeiros dias são de muito estranhamento aquele mundo distante e distinto do seu”. Sobre este aspecto da permanência a autora descreve que

“Estigmatizar um grupo ou afixar-lhes é um rótulo de inferioridade é uma tática largamente utilizada na disputa de poder, como forma de garantir a superioridade social. O estigma imposto pelo grupo mais poderoso ao penetrar na auto-imagem do grupo menos poderoso, consegue enfraquece-lo e ate desarmá-lo. No

ambiente educacional- e, sobretudo na universidade- esta situação não tem sido diferente” (SANTOS, p. 74).

Considerando particularmente o universo aqui pesquisado, observa-se que a inserção dos estudantes na instituição de ensino IFBAIANO, atenua, mas não anula a distância existente entre esses e a universidade, seus códigos, linguagens e rituais acadêmicos. O IFBAIANO, oferta cursos técnicos integrados ao médio sendo reconhecido nacionalmente por possuir excelente qualidade de ensino, ousou-me a propor, que esse processo de não pertencimento e dificuldade de adaptação foram mais fortes sentidos, quando inseridos na instituição citada, esse olhar é sim, imbricado por uma experiência pessoal, tendo percorrido a mesma trajetória estudantil dos sujeitos aqui entrevistados, realização das series iniciais e ensino fundamental em rede publica de ensino, ensino médio no Instituto Federal da Bahia (IFBA) e posteriormente inserção na universidade. A passagem pelos institutos federais nos prepara e antecipa algumas vivências do processo de distanciamento e não pertencimento desse lugar que é o espaço acadêmico.

5.6- Das Pretensões

No que se referem às projeções futuras, todos os entrevistados demonstraram interesse em permanecer na comunidade após graduar-se, ressaltando nas suas falas, grande entusiasmo e desejo em poder contribuir com sua comunidade dentro da área estudada, ou ainda, no incentivo de outros jovens a acessarem a universidade.

Mas eu pretendo ainda permanecer na comunidade e ajudar também aqueles que ainda não tem acesso ao âmbito universitário. [...] mas independente da área eu pretendo continua para ajudar, estimular essas crianças, esses jovens que estão aí, muitos deles não têm acesso à internet. E ajudar de alguma forma. (Ferreira dos Santos, 2020).

A respeito desse processo, afirma Jesus Queiroz (2020) “*eu pretendo trabalhar como assistente social e trazer para minha comunidade alguma contribuição do que eu aprendi ao longo da graduação de Serviço Social. Então eu pretendo transmitir o aprendizado obtido na graduação*”.

Sobre seus planos para o futuro, ressalta Brito Souza (2020) “*Consegui um emprego, se possível volta para a comunidade e ajudar outros jovens a ingressar também no ensino superior*”.

Contribuir com a comunidade é um dos Objetivos pretendidos por Queiroz Silva (2020), que sobre o seus anseios para o futuro, declara:

Eu inicialmente pensava em retribuir a minha comunidade de alguma maneira que hoje eu vejo que não sei se será possível [...]. Só que não para ajudar a minha comunidade com o conhecimento que eu aprendi na universidade acho que seria mais enquanto pessoa, quanto trajetória, ensinando quais os caminhos a ser percorridos se alguém quiser chegar ali e não o conhecimento que eu adquirir porque se trata de uma profissão específica. Eu acho que se fosse para trazer para minha comunidade alguma coisa, eu traria um projeto de conscientização da realidade da permanência dos quilombolas na universidade, da prova do Enem de como conseguir um rendimento bom, uma preparação na verdade mental para que esses jovens, essas gerações futuras elas possam desfrutar do que hoje a gente luta para ter porque você sabe que quando você percorre um caminho que já foi percorrido por alguém é bem mais fácil chegar, agora quando você está trilhando sozinha uma coisa o percurso é bem difícil porque existem surpresas você deve saber disso porque você enfrentou muita coisa sozinha, pegou no seu ombro, jogou e disse eu vou vencer. Você é confrontada dia após dia acreditando que lá na frente tem uma coisa, mas não sabe onde você vai chegar o que você vai conseguir e quando você tem esse conhecimento é bem mais fácil. Então isso é importante, acredito que é a raiz para que a comunidade venha ser beneficiada com toda essa trajetória das pessoas que venceram e que ainda estão lutando para conseguir.

Essas falas carregadas por um sentimento coletivo e de pertencimento, fortalecem uma proposta futura já idealizada como produto desta pesquisa: a realização de sessões na comunidade a qual a pesquisa foi realizada com a participação dos jovens ingressantes e egressos do ensino superior que residem na comunidade jaqueira. Esses jovens irão relatar suas experiências e caminhos percorridos até chegarem à universidade, assim como as estratégias utilizadas para nela permanecer, pontuando a existência do programa bolsa permanência, etapas e procedimentos para adesão no mesmo, objetivando incentivar outros jovens da comunidade a ingressarem neste nível de ensino e com isso diminuir a distância existente entre jovens quilombolas e universidade. Colaborando assim, com o processo de democratização do ensino superior.

6- O QUE AINDA ESTÁ POR VIR – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa se propôs a realizar um estudo que teve como objetivo apresentar e analisar as vivências e trajetórias estudantis dos quilombolas da comunidade do Loteamento Jaqueira, ainda, identificar como foram inseridos no ensino superior e os impactos do programa Bolsa Permanência na vida acadêmica e pessoal dos quilombolas aqui entrevistados, tomando como recorte para realização desta pesquisa a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

As políticas de educação do campo firma-se sobre a luta pela garantia dos direitos a educação dos povos camponeses, defendendo a Educação do campo, e para os sujeitos do campo, como dever do Estado e direito nosso. Buscando assegurar uma educação contextualizada, que visualize o campo e os sujeitos que no campo habita, nas suas especificidades.

No que tange as comunidades rurais quilombolas, essas buscam legitimar e materializar o seu direito ao acesso e permanência a todos os níveis de ensino, reivindicando da sociedade e do Estado o reconhecimento e estratégia de superação da histórica desigualdade racial presente no processo de formação e desenvolvimento da sociedade brasileira.

A pesquisa resulta em melhor conhecermos e analisarmos as trajetórias estudantis dos jovens quilombolas sujeitos dessa pesquisa, das quais suas histórias e vivências se assemelham em vários aspectos. Todos pertencentes a famílias da classe trabalhadora com pouco poder aquisitivo, seus pais e/ou responsáveis não acessaram o ensino superior, sendo a maioria o primeiro ou um dos primeiros a acessarem este nível de ensino. Observa-se que apesar de não ter adentrado ao universo acadêmico e possuir baixo poder aquisitivo, esses jovens desde muito cedo foram incentivados por seus pais e/ou responsável a estudarem, sendo sua vida estudantil colocada como prioridade de efetivação do grupo familiar.

Com exceção de uma (01) entrevistada, todos cursaram as séries iniciais e ensino fundamental I e II em escolas da rede pública de ensino. Dos seis entrevistados, quatro cursaram o ensino médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO) e dois em instituições estaduais de ensino no Colégio Estadual de Valença (COESVA), tendo um deles, cursado após ensino médio, o curso técnico em agropecuária no IFBAIANO. Experiência que segundo esses, mudaram a rota do seu caminho, motivando-os e preparando-os para experiência acadêmica, estreitando a

distancia entre esses jovens e a universidade. Todos adentram a universidade através do sistema de cotas. A escolha pelo curso foi motivada por influencia da instituição que cursaram o ensino médio e também pela trajetória da família.

Os conhecimentos produzidos durante a elaboração da pesquisa evidenciam que o processo de inserção e permanência da população quilombola no ensino superior, assim como, a democratização deste nível de ensino, se dá em um processo de luta e resistência, travada com o Estado Capitalista. O que se requer são o reconhecimento e instauração de mecanismo capaz de reparar os reflexos da desigualdade racial que se dá desde o processo de formação da sociedade brasileira.

Os instrumentos de Inserção e Permanência das Comunidades Quilombolas no Ensino Superior Brasileiro, aqui apresentados e analisados, visam diminuir a distancia existente entre dois mundos, o mundo daqueles que possui historicamente privilégios e confortavelmente desde muito cedo tem acesso aos níveis de ensino regular e o mundo dos sujeitos que historicamente teve esse direito negado, aproximando assim os diferentes segmentos dos espaços escolares, garantindo a esses, igualdade de acesso e permanência nos diversos níveis de ensino da educação brasileira, inclusive no ensino superior.

Quanto às contribuições do Programa Bolsa Permanência neste processo o mesmo dá conta da permanência material, como nitidamente ficam expressados diversas vezes nas falas dos entrevistados, com o valor recebido, esses, efetuam pagamentos das despesas de aluguel, água, energia, internet, alimentação, materiais acadêmicos, vestuários, transporte e algumas vezes ainda é possível contribuir com a família com o valor recebido. Identifica-se ainda, que a supressão dessas necessidades de natureza material/ financeira, proporciona aos beneficiários condições mais favoráveis para realização das práticas acadêmicas e melhor desempenho, entretanto, dentro dos seus objetivos e diretrizes, o programa Bolsa Permanência não se propõe a trabalhar a permanência simbólica dos beneficiários, sendo colocado como um programa exclusivamente a concessão de auxílio financeiro, não considerando as especificidades históricas e estruturais do seu público.

É inegável a importância assumida pelo Programa Bolsa Permanência na vida acadêmica dos beneficiários, entretanto, reconhece-se que ele não dá conta de toda especificidades presentes na trajetória histórica da população quilombola brasileira, por isso, se fez necessário apresentar e analisar seus efetivos impactos na trajetória

estudantil dos seus favorecidos. Este exercício proporcionou, traçarmos as demandas existentes deste público que não são contempladas pelo Bolsa Permanência. Diante disso, o programa pode sofrer alterações no processo de melhoramento visando melhor contemplação das demandas apresentadas pelos usuários e/ou formulação de novas ações e estratégias criadas pelas instituições de ensino superior que executam o programa, que sejam capazes de suprir as fragilidades identificadas no programa analisado.

Todos beneficiários da pesquisa expuseram pretensão em permanecer na cidade de origem depois de graduar-se. Com isso percebe-se que além da contribuição direta que o Programa Bolsa Permanência proporciona aos seus beneficiários esse poderá trazer possíveis retornos a comunidade de origem desses estudantes, visto que esses pontuaram interesse em contribuir com a comunidade, dando-a um retorno dos conhecimentos que adquiriram na graduação. Entretanto, vale ressaltar que esta afirmação dos entrevistados que expuseram pretensão em permanecer na comunidade depois de graduar-se não são definitiva considerando que as ações humanas tratam-se de processos históricos, dinâmicos, passíveis a mudanças, assim esses podem ou não cumprir essa vontade inicial de retornar a comunidade local após a conclusão do ensino superior.

Considerando a natureza continua da pesquisa, indaga-se ao final desse estudo, se as políticas estudantis, sobretudo, se as políticas afirmativas de acesso e permanência executadas na graduação são capazes de anularem as desigualdades históricas vivenciadas pelo público contemplado por esses mecanismos, equiparando-os com aqueles que historicamente já nascem privilegiados, nesta sociedade racista e excludente. A experiência do mestrado me fez repensar sobre essa condição, uma vez que todo período de graduação fui beneficiária das políticas afirmativas o que me proporcionou, assim como os entrevistados da pesquisa, dedicação exclusiva a produção acadêmica e desempenho muito satisfatório das disciplinas cursadas, ter que estudar e trabalhar, realidade de muitos, foi um grande desafio, desencadeando sentimento de angústia, sofrimento e algumas vezes pensamento de inferioridade, por não estar dando conta das atividades e prazos propostos, mesmo estando em um mestrado sensível e atento a esta situação, seria a graduação o nosso limite máximo? Quantos ex-beneficiários quilombolas do PBP acessam a pós-graduação? Pontos de inquietações necessários de conhecimento.

Ainda, o estudo em tela reafirma e elucida o processo de luta e resistência da população negra, na busca pela garantia dos direitos, que historicamente lhes foram negada. Percebe-se que dentro da lógica da sociedade democrática brasileira, o direito a educação e a garantia de acesso e permanência ao ensino superior vêm sendo garantidos através das Políticas de Permanência Estudantil. Essas são requisitadas pelos movimentos sociais e organizações coletivas.

Ressalta-se que após superação do contexto pandêmico, uma sessão será organizada na comunidade em articulação estabelecida entre autora da pesquisa, associação de moradores da comunidade e o “Coletivo Quilombolas Jaqueira”²¹ que ganhou forma durante realização deste estudo. O momento visa incentivar outros jovens da comunidade ingressarem no ensino superior, a partir das experiências e trajetórias exitosas de jovens da comunidade que já ingressaram e que conseguiram permanecer na universidade, encerro este estudo, que com certeza não se esgota aqui, reafirmando e acreditando “Movo-me na esperança enquanto luto e se luto com esperança, espero” (FREIRE, 2004, p. 47).

²¹ Coletivo formado por estudantes universitário e já graduados da comunidade Loteamento Jaqueira.

Referências

BEHRING e BOSCHETTI, I. **Política Social Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. SISBP- **Sistema de Gestão da Bolsa Permanência**. Disponível em: <http://sisbp.mec.gov.br/primeiro-acesso>.

BRASIL. **LEI nº - 11.151**, DE 29 DE JULHO DE 2005.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.096**, DE 24 DE ABRIL DE 2007.

BIZERRIL, Marcelo. **A interiorização das Universidades Federais foi um acerto estratégico**. Brasil de Fato | São Paulo (SP), 2018.

CAERNEIRO, Maria José. **Sobre “Lugar”, “Território” e “Globalização”**. Revista Desenvolvimento Social Montes Claros - Nº 2 - dez 2008.

CARVALHO, Raquel Alves de. **A construção da identidade e da cultura dos povos do campo, entre o preconceito e a resistência: o papel da educação**. São Paulo, 2011.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p. 209-244, jun. 2014.

Censo da educação superior 2002. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>.

Censo da educação superior 2012: resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

Chaves, Antônia. **Desvelando a permanência das/dos estudantes cotistas e/ou bolsistas do instituto federal de educação, ciência e tecnologia da Bahia (IFBA) / campus salvador**. UNEB, Salvador, 2018.

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Criação do PNAES. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-acoas>.

Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação / Bernardo Mançano Fernandes ... [et al.]; organizadora, Clarice Aparecida dos Santos. -- Brasília : Incra ; MDA, 2008.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade/Norbert Elias e John L. Scotson;** tradução, Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Siissekind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GUESSER, Adalto H. **A etnometodologia e a análise da conversação e da fala.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSCVol. 1 no 1 (1), 2003, p. 149-168.

GRUPO DE TRABALHO DO CONJUNTO CFESS-CRESS SERVIÇOS SOCIAL NA EDUCAÇÃO. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Série 03. Gestão 2011-2014.

LASCOUMES, Pierre. **Sociologia da ação pública.** Maceió: EDUFAL, 2012.

Lima, Silvia Maria Amorim. **A permanência de estudantes negros (as) na Universidade Federal do Paraná: aspectos material e simbólico** / Silvia Maria Amorim Lima – Curitiba, 2016.

MARTINS FILHO, M. T.; NARVAI, P. C. • **O sujeito implicado e a produção de conhecimento científico.** *Saúde em Debate* • Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 646-654 out/dez 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social, teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde -9.** ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

NOMERIANO, Aline. **EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA DA SILVA: prouni, REUNI E INTERIORIZAÇÃO DAS IFES.** São Cristovão- SE, VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, 2012.

Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2016. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

REUNI- Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. MEC, 2021. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>.

PEREIRA, Potyara A.P. **Políticas Social: temas e questão.** -2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo, Cia das Letras, 1996, 509p.

ROCHA, Damião, Marcos Maia. **A PESQUISA IMPLICADA DE INSPIRAÇÃO FENOMENOLÓGICA PARA ESTUDOS IN SITU DE/COM SUJEITOS SOCIAIS DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO.** RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE Ano 1, Vol. I, Número 1, Jul-Dez, 2017. 220-237.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTTOS, Dyane. **Para além das Cotas: A permanência de estudantes negros no ensino superior como Política de Ação Afirmativa,** UFBA, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2010.

ZAGO, Nadir. **Do acesso á permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

APÊNDICE A- Termo de Esclarecimento e Consentimento

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Caro Senhor (a),

Venho através deste, solicitar sua participação na condição de entrevistado na pesquisa cujo tema é: **Histórias e Trajetórias Acadêmicas de Quilombolas do Loteamento Jaqueira na UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia** e tem como objetivo apresentar analisar as vivências e trajetórias acadêmicas dos Quilombolas da Comunidade Loteamento Jaqueira no ensino superior.

Os dados coletados nesta pesquisa serão exclusivamente utilizados para fins de análise, sendo parte integrante do Produto de Pesquisa da discente Andréa Queiroz Silva, aluna do Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, número de matrícula: 2018112860 sob orientação da Profª Drª. Dyane Brito Reis, Professora, SIAPE 1664669.

No decorrer da pesquisa você é livre para se recusar a responder perguntas que lhe causem constrangimento. Sua identidade será divulgada nesse trabalho e apenas será mantida em sigilo se assim desejar. Sua participação será inteiramente voluntária e você não receberá nenhum tipo de pagamento por ela. Porém sua contribuição é muito importante nessa pesquisa. Desde já, agradecemos pela participação e colaboração.

Eu li/ ouvi as informações prestadas acima sobre a pesquisa e concordo em participar do estudo.

Assinatura do entrevistado:

Assinatura do pesquisador:

Valença- Bahia

Abril de 2020

APÊNDICE B- Material Esclarecedor Grupo Focal

Sejam Bem- Vindos

Essa pesquisa é nossa!

Venho através deste, informá-los sobre o objetivo do nosso grupo focal. Mas afinal, o que é um Grupo Focal?



Grupo Focal- Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais. Para Kitzinger (2000), o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços.



Falaremos sobre as histórias e trajetórias estudantil de cada um de vocês para (re)conhecer o caminho trilhado individualmente por cada um e identificarmos o que vivenciamos em comum, enquanto quilombolas acadêmicos. Para que através dessa identificação e reconhecimento, traçarmos estratégias de fortalecimento e permanência do coletivo quilombola dentro desse espaço, a universidade.

APÊNDICE C- ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

BLOCO INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome?

Idade?

Cor?

() Branca () Preta () Parda () Indígena () Amarela

Estado civil:

() Solteira () Casada () Divorciada () Viúva

Possui filhos?

Tem alguma religião? Se sim qual?

BLOCO SOBRE COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Quantas pessoas residem com você?

.

Quem são essas pessoas?

Quem da sua família já concluiu ou está inserida no ensino superior?

.

Qual curso que eles fazem?

Essas pessoas da sua família que estão no ensino superior, influenciaram você entrar na universidade ou outra pessoa?

Qual a principal renda da sua família?

As pessoas que moram com você exercem alguma atividade remunerada?

Especifique-as.

Ele trabalha de que?

BLOCO SOBRE A HISTÓRIA DO LUGAR: QUILOMBO LOTEAMENTO JAQUEIRA

Entendendo que faz parte da comunidade esses dois territórios, essa parte debaixo que a gente chama de fonte da prata e a parte de cima que é o loteamento jaqueira.

Há quanto tempo você mora na comunidade?

Você recorda que foram os primeiros moradores daqui ou já ouviu falar?

Aqui ou lá?

Essas pessoas que povoaram esse espaço vieram de onde?

E os do loteamento você sabe informar, imagina ou já ouviu falar?

Quais os elementos, coisas que existia aqui ou existe que você considera que caracterizava a comunidade como quilombola?

Você foi da época da casa de farinha de Dona Antônia?

Esses elementos citados anteriormente estão presentes até hoje na comunidade?

Você sabe falar como e onde os primeiros moradores da comunidade trabalhavam?

E atualmente as pessoas que residem aqui trabalham onde e de que?

E quem não consegue se inserir no mercado formal trabalha onde?

Agricultura familiar dentro do núcleo familiar ou eles também realizam atividades externas?

Existe ou existia alguma manifestação cultural aqui na comunidade? Se sim me fale um pouco como era.

Existia ou existe alguma lenda aqui na comunidade? Se sim você poderia relatar?

Você estudou em escola daqui do bairro?

Precisou se deslocar para outra comunidade para cursar alguma série/ano de ensino?

Então você desde sempre estudou fora da comunidade?

E atualmente há escola aqui na comunidade?

O que você pensa sobre os jovens daqui estudarem, adentrarem a universidade e residirem em outros municípios? Para você isso é importante, necessário ou não?

.

A comunidade passou por transformações ao ser ver? Se sim, cite as principais.

A gente que reside aqui percebe que as pessoas daqui de baixo conseguem acessar mais a universidade. Você teria ideia mais ou menos do que porque isso ocorre? Por que a gente acessa não só a universidade, mas também a outros níveis de ensino, por exemplo, IFABAINO, IFBA, a maioria da nossa geração adentraram nesses institutos, saíram de lá e foram para a universidade. O que a gente não ver ocorrer lá no território de cima. Você imagina por que isso ocorre?

Será que eles têm conhecimento da assistência estudantil?

BLOCO DA TRAJETÓRIA ESTUDANTIL

Você nasceu na comunidade loteamento jaqueira?

Considerar-se quilombola?

Pra você o que é ser quilombola?

Seus pais ou responsáveis estudaram? Se sim até que série/ano?

Qual ocupação ou profissão dos seus pais ou responsáveis?

Você estudou o fundamental I e II e ensino médio na rede pública ou particular de ensino?

Você sempre teve vontade de ingressar na universidade pública? Fale-me um pouco da sua trajetória estudantil até aqui.

Você considera importante ingressar em uma universidade?

Por quê?

Qual o curso você frequenta?

Qual semestre você está cursando atualmente?

Você ingressou na universidade pelo sistema de cotas?

Do ponto de vista acadêmico o programa bolsa permanência contribui para sua permanência na graduação?

Você aponta alguma lacuna, fragilidade no programa bolsa permanência? Se sim quais?

Você pensa sobre o governo direcionar uma bolsa financeira com valor diferenciado para quilombolas? Você acha que é importante?

E esse acompanhamento você acha que tem que ser só financeiro ou poderia ser outro tipo de acompanhamento?

E a bolsa permanência trabalha essa parte acadêmica? Traz alguma proposta nesse sentido de suporte aos quilombolas?

Como é esse acompanhamento pedagógico?

Mas você sabe que existe esse acompanhamento pedagógico dentro da universidade?

.

E esse acompanhamento chama bolsista em um momento crítico ou ele é contínuo?

Mas eles ofereciam um incentivo, um acompanhamento pedagógico? Que insere esse estudante em algum reforço ou algum grupo de estudo? Você sabe informar?

Ou só chama para puxar a orelha?

.

Por que pelo que você está trazendo me parece que é só para sinalizar que precisa melhorar academicamente.

Só quilombolas?

.

Quais os seus planos para o futuro após graduar-se?

ANEXOS

Anexo 1- Documentação comprobatória requisitada pela UFRB para efetivação de matrícula no processo Seletivo Especial para Indígenas Aldeados ou Moradores das Comunidades Remanescentes dos Quilombos – IA/CQ da UFRB.

Indígenas Aldeados	Moradores das Comunidades Remanescentes dos Quilombos
<p>I. Autodeclaração étnico-racial devidamente assinada a qual se declara indígena;</p> <p>II. Declaração de sua respectiva comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por 03 (três) lideranças reconhecidas pela comunidade.</p> <p>III. Declaração emitida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de que o (a) candidato (a) é indígena aldeado (a) e reside em uma comunidade indígena.</p>	<p>I. Autodeclaração étnico-racial devidamente assinada, a qual se declara remanescente de comunidade quilombola;</p> <p>II. Declaração de sua respectiva comunidade que o (a) candidato (a) reside em comunidade remanescente de quilombo, assinada por pelo menos 01 (uma) liderança reconhecida pela comunidade ou comprovante de residência de comunidade quilombola;</p> <p>III. Ata ou outro documento comprobatório da condição de liderança, com reconhecimento de firma em cartório.</p>

Anexo 2: Relação das Vagas Ofertadas / EDITAL N° 08/2015 de 06 de abril de 2015.

Centro de Formação de Professores- CFP	Turno	Vagas
Educação Física Licenciatura	Noturno	02
Física Licenciatura	Integral	02
Letras (Libras / Língua Estrangeira) Licenciatura	Vespertino	02
Matemática Licenciatura	Integral	02
Pedagogia Licenciatura	Integral	02
Química Licenciatura	Integral	02

Centro de Artes Humanidades e Letras-CAHL	Turno	Vagas
Artes Visuais/ Bacharelado	Noturno	02
Ciências Sociais/ Bacharelado	Integral	02
Ciências Sociais Licenciatura	Integral	02
Cinema e Audio Visual Bacharelado	Integral	02
Comunicação Social - Jornalismo Bacharelado	Integral	02
Gestão Pública/ Tecnológico	Noturno	02
História Licenciatura	Noturno	02
Museologia Bacharelado	Integral	02
Serviço Social Bacharelado	Noturno	02
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas - CETEC	Turno	Vagas
Agronomia Bacharelado	Integral	02
Biologia Bacharelado	Integral	02
Biologia Licenciatura	Noturno	02
Ciências Exatas e Tecnológicas Bacharelado	Integral	02
Engenharia Ambiental e Sanitária Bacharelado	Integral	02
Engenharia de Pesca Bacharelado	Integral	02
Engenharia Florestal Bacharelado	Integral	02
Medicina Veterinária/ Bacharelado	Integral	02
Zootecnia Bacharelado	Integral	02
Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade - CETENS	Turno	Vagas
Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade Bacharelado	Vespertino	02
Centro de Ciências da Saúde - CCS	Turno	Vagas

Interdisciplinar em Saúde Bacharelado	Integral	02
Centro de Cultura Linguagem e Tecnologia Aplicada - CECULT	Turno	Vagas
Int. em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas/ Bacharelado	Noturno	02
Int. em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas / Bacharelado	Vespertino	02
Total Geral de Vagas	56	Vagas

Tabela 05: VAGAS OFERTADAS, EDITAL Nº 01/2019 DE 22 DE JANEIRO DE 2019

Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - CCAAB	Turno	Vagas
Agroecologia (Tecnológico)	Diurno	02
Agronomia	Diurno	01
Biologia (Licenciatura)	Noturno	01
Gestão de Cooperativas (Tecnológico)	Noturno	02
Medicina Veterinária	Diurno	01
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas - CETEC	Turno	Vagas
Ciências Exatas e Tecnológicas	Diurno	01
Engenharia Sanitária e Ambiental	Diurno	01
Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL	Turno	Vagas
Publicidade e Propaganda	Diurno	02
Serviço Social	Noturno	00
Centro de Formação de Professores - CFP	Turno	Vagas

Filosofia	Noturno	02
Letras (Licenciatura) (LIBRAS/Língua Estrangeira)	Vespertino	0
	Noturno	01
Matemática (Licenciatura)	Diurno	02
Pedagogia	Diurno	0
	Noturno	01
Centro de Ciências da Saúde - CCS	Turno	Vagas
Enfermagem	Diurno	01
Nutrição	Diurno	01
Psicologia	Diurno	01
Medicina	Diurno	01
Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade - CETENS	Turno	Vagas
Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade	Matutino	00
	Integral	01
Engenharia de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade	Integral	01
Engenharia de Produção	Integral	01
Engenharia de Materiais	Integral	01
Engenharia de Energias	Integral	01
Centro de Cultura Linguagem e Tecnologia Aplicada - CECULT	Turno	Vagas
Inter. Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Bacharelado)	Noturno	01
	Vespertino	01
Interdisciplinar em Ciências Ambientais (Bacharelado)	Diurno	02
Produção Musical (Tecnológico)	Vespertino	02
Artes do Espetáculo (Tecnológico)	Vespertino	02
Política e Gestão Cultural (Tecnológico)	Noturno	02
Interdisciplinar em Artes (Licenciatura)	Vespertino	02
Música Popular Brasileira (Licenciatura)	Vespertino	02
TOTAL	Vagas	41